



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

TK

ATA N.º 16/XIII-1º/2021-25

1 - Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, no Auditório do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro (Casa Amarela), sito na rua Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia (continuação)

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal; (Continuação)

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”;

3.3– Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano 2021”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento da WeMob – Nova Consulta Pública”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Programa Dinamizar Mais. Relatório final de execução”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Aquisição de Imóveis. Frações não habitacionais destinadas a escritórios no edifício “Almada Business Center” Exercício do direito de preferência”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Almada”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Novos Regulamentos de funcionamento da Creche e Jardim de Infância 1º de Maio, para a valência Creche e para a valência Jardim de Infância”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Cuvaneiro (PS), Marta Cortez dos Santos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Lourenço



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

(CDU), Maria Rita Pereira Magalhães (CDU), João Eduardo Geraldês (CDU), Maria Amélia Pardal (CDU), Paula Maria Galvão (PSD), Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD), Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS) por impedimento de Olga Natália Maia Mariano (PS); Luísa Maria Freire Galvão (PS); Andreia Sofia Egas (CDU) por impedimento de António Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); António Olaio Silva (CDU); Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho, Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); Carlos Manuel Coelho Revés por impedimento de Augusto Máximo Flor, Mário Bruno da Silva Magalhães, Fernanda Balbina Duarte Leitão e Ana Sofia Cardoso Maria (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Aurora Maria dos Santos Moreira (PSD) por impedimento de Gonçalo Filipe Fernandes (PSD), Irina Cristina Ludovico Tricamegy (CDS-PP), Gilberto Alexandre Peixoto (Aliança) e João Carlos Jorge Antunes (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) por impedimento de Pedro Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, as ausências dos/as Senhores/as Vereadores/as Maria das Dores Marques Banheiro Meira, sendo substituída por Tiago David Galveia; António José Matos, sendo substituído por Nelson José Vieira; José Luís Bucho, sendo substituído por Catarina Matos Pé-Curto.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes António Cardoso, Carla Trindade, José Silva Rocha, Susana Garcia, Paulina Borges, Nuno Pinheiro, José Luís Freitas, Cláudia Louvado, Marco Sargento, Cláudia Azevedo, Amélia Ferreira, Margarida Rosa, Mário Coelho, Paulo da Silva, Maria Pouseiro, Isalinda Cunha, Joana Baptista, Rita Pessoa, Paul Renard e Maria Celeste Pena.

5.1.1 – O Senhor Múncipe António Cardoso:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar agradecer esta casa pelo espaço que está aberto às pessoas e é a minha primeira vez nesta situação.

Eu sou residente na Costa da Caparica há seis anos, com a minha família, e estava contente com a possível transformação e melhoria, com a vinda da Carris Metropolitana. Mas fiquei desiludido quando aconteceu essa mudança. Nós na Costa perdemos em vez de ganhar. Perdemos algumas carreiras e horários.

Nós perdemos a carreira 153 que fazia o horário até mais tarde de Lisboa/Costa da Caparica. O último horário que nós agora temos de Lisboa é 10H10. Nós temos trabalhadores na Costa da Caparica, em vários turnos e os que trabalham à noite não estão a ser atendidos. Já temos pouco e em vez de melhorar piorou. Tenho informação também, que existe o plano de uma nova linha que é a Costa da Caparica/Lisboa/Cais do Sodré, que vai atender alguns horários que estão faltando agora, mas que só está previsto para janeiro. E a que levava os trabalhadores da Costa da Caparica por Almada Fórum. Os trabalhadores do comércio do Almada Fórum, que moram na Costa da Caparica, não têm um transporte direito. Já eram poucos horários agora não temos nenhum. Nós precisamos de um horário durante a noite de volta e partida da Costa da Caparica para Lisboa. Eu tenho uma filha que está a terminar a Faculdade agora e perdeu a possibilidade de voltar à noite para casa.”

5.1.2 – A Senhora Múncipe Carla Trindade:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui por causa da minha habitação e para me dirigir ao Senhor Vereador da Habitação.



Segundo eu soube o Senhor Vereador foi informado que a minha habitação foi arranjada. Não foi. Além da casa o prédio todo ele está a degradar-se derivado aos ramais que perdem água, mandaram uma garagem abaixo e ficou lá um buracão que até hoje ninguém foi arranjar, era para ser um espaço verde, não sei de que verde é que vai ser.

Eu venho aqui solicitar uma reunião se não for com o Senhor Vereador que seja com alguém da habitação, porque eu estou farta de enviar emails a solicitar uma reunião e a resposta é zero. Não tenho resposta nenhuma. A única coisa que me respondem é que foi rececionado o meu email.

O meu marido cada vez está pior das ancas, e eu preciso de uma casa de banho adaptada, pedi autorização para fazer isso e até hoje não tive qualquer resposta e é lamentável nós estarmos a viver na situação em que estamos.

Portanto venho aqui solicitar que alguém da habitação nos receba, que marquem uma reunião para chegarmos a um consenso.”

5.1.3 – O Senhor Múncipe José Silva Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou vendedor ambulante na Costa da Caparica há 44 anos, com licença. Sem licença paguei muitas multas e a minha licença é sempre anualmente. Todo o mês de janeiro eu faço o meu pedido. Uma coisa é certa, eu telefonei no mês de janeiro, disseram que não está nada decidido ainda, no mês de fevereiro o meu Guarda Livros mandou email e fez o pedido. Agora, pediram umas coisas que ele entregou, eu recebi uma carta que a zona que eu escolhi se encontra ocupada. Não pode ser. A Câmara Municipal de Almada, quer me dar outro lugar, eu não quero outro lugar, eu quero a zona onde estou há 44 anos. E deram-me da Praia do Castelo à Bela Vista, eu não quero a Praia do Castelo, eu não quero outra praia ao lado, eu quero só a Cabana do Pescador à Bela Vista e nudismo. Eu vim cá tenho aqui o meu comprovativo, tenho a licença é a minha licença do ano passado para renovar. Ou com licença ou sem licença eu vou para a areia. Há 44 anos é uma vida. Agora, querem correr comigo, não sei como. O verão já começou e eu tenho de fazer a minha vida.”

5.1.4 – A Senhora Múncipe Susana Garcia:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Susana Garcia, sou moradora em Vale Flores e estamos cá de novo. Estamos cá de novo para exercer um dos direitos fundamentais da democracia que é pedir respostas aos nossos eleitos. Sabemos que isto não é uma corrida de velocidade, mas sim uma maratona e por isso estamos preparados para voltar aqui às vezes que forem necessárias até obtermos respostas.

E as respostas que queremos são os seguintes:

- . Qual o motivo para um encerramento de um espaço em Vale Flores, que é do domínio público?
- . Para quando a abertura do mesmo à comunidade?
- . Qual o motivo para o acesso ao espaço ter sido autorizado somente a uma pessoa que não é nem moradora, nem funcionária da Associação que aparentemente trata dos gatos da colónia naquela zona?
- . Queremos saber também se já tiveram oportunidade de ponderar sobre as sugestões que deixamos em ata, na última Assembleia?
- . E por fim, queremos saber quais são os planos da Câmara Municipal para o espaço e qual o motivo do acesso ao espaço ter sido vedado somente aos moradores da Rua Armando Cortesão.

Aguardamos, pacientemente, as respostas por parte dos serviços responsáveis.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1.5 – A Senhora Múncipe Paulina Chaves Borges:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É a primeira vez que faço uma exposição pública, portanto, peço alguma benevolência.

Venho falar sobre o fecho do Terminal do Areeiro. Tenho 58 anos e há 54 anos que frequento a Costa da Caparica e há 40 anos que sou utente dos TST. Portanto conheço bem as alterações havidas nestes últimos anos, tudo o que houve.

Tenho aqui uns pequenos tópicos.

Primeiro, eu não tenho palavras para definir o fecho do Terminal do Areeiro, segundo porque é que não foram apresentadas alternativas? Eu posso dar aqui três já discutidas com alguns utentes e até com motoristas. Há uma linha de comboio, a linha dos comboios rumo ao Areeiro, que hoje em dia também é um terminal da Carris, há as Olaias, mais longe o aeroporto. Terminar o fecho sem dar alternativa para mim parece-me uma coisa inconcebível. Nestas últimas semanas em que tenho viajado tenho reparado com mais atenção quem sai e quem entra. Dois terços dos passageiros saem no Areeiro, um terço sai em Alcântara, Avenida de Berna e Campo Pequeno. Portanto, a alternativa Sete Rios não é alternativa. A alternativa Marquês do Pombal não é alternativa porque havia um autocarro às 06H07 da manhã e que agora é às 08H00. Já não há mais cedo e eu tenho de chegar à Costa da Caparica antes das 08H00.

A questão da alternativa, fico perplexa fecha-se e pronto. Fala-se do barulho, mas há mais de 40 anos que há barulho. Não percebo.

Há pessoas que dizem que se apanha só mais um transporte. Bem, só há mais um, mas não é direto. Eu tenho que trocar três vezes a linha de metro para chegar a Sete Rios, para apanhar o comboio eu tenho que me levantar mais cedo, acho que não é justo.

Eu quero agradecer ao grupo do facebook dos passageiros da Carris Metropolitana, porque se não fossem eles eu não sabia para onde me iria virar, porque não houve informação por parte de ninguém.”

5.1.6 – O Senhor Múncipe Nuno de Avelar Pinheiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu devo dizer que estou muito contente com o que se está a passar aqui hoje, neste momento, porque não acredito que a democracia seja uma coisa que exerça apenas uma vez de quatro em quatro anos, a democracia exerce-se todos os dias, e é a exercer a democracia todos os dias que nós estamos aqui a fazer. Portanto, é muito bom termos esta mobilização e termos esta mobilização à volta de um problema que todos sentimos.

Eu acho que nós temos um problema muito sério em Portugal, concretamente na área Metropolitana de Lisboa e concretamente no Concelho de Almada. Um deles, a maior parte das pessoas e temos à volta de metade da população ativa de Almada a trabalhar em Lisboa, com pessoas que levam uma hora, duas horas de casa para transporte e vice-versa. Isso faz duas quatro horas por dia, o que é completamente abusivo em relação à vida das pessoas.

Tem-se falado muito em terceiras travessias, fazem-se muitas rotundas e tudo isso, nada disso é uma solução, a solução está nos transportes coletivos. A solução está em ter melhores transportes coletivos e em que os transportes coletivos sejam mais rápidos, mais baratos e mais confortáveis do que o transporte individual. Só assim nós conseguiremos ter mais pessoas a andarem nos transportes coletivos, mais pessoas a andarem nos transportes coletivos significa menos tempo de transporte e significa também e temos um objetivo muito importante que é a descarbonização e temos um problema muito sério que é o das alterações climáticas, mais transportes coletivos é a única forma de preservar o ambiente para o futuro. Não é com transportes individuais, não é com terceiras travessias do Tejo que se resolve algum problema.

Eu estava aqui à espera hoje de vir falar de algumas pequenas descoordenações, do facto de se ter planeado os transportes um bocado em cima do joelho sem ouvir as pessoas. No fundo não se ouviram as pessoas. Agora, o



que é que acontece? Não estava de todo à espera de chegar ao dia de hoje ou à semana passada e ter uma pioria naquilo que já era péssimo, os transportes da TST eram péssimos e atualmente está muito pior.

Os esclarecimentos e as sessões de esclarecimento deviam ter sido feitos antes e não depois, neste momento aquilo que nós queremos não são sessões de esclarecimento, mas é o fim e o congelamento e o regresso aos horários anteriores para depois e depois de ouvir as pessoas se fazerem melhores transportes.

Porque é que os autocarros que foram agora postos são do modelo de 2016, são todos a gasóleo e não temos como em Lisboa, nem painéis informativos, nem autocarros mais amigos do ambiente.”

5.1.7 – O Senhor Município José Luís Neto de Freitas:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho um filho que é trabalhador no Almada Fórum, mora na zona Laranjeiro/Miratejo, como vocês sabem, aqui por trás. Ele tinha um autocarro que apanhava que era o 102, era uma carreira que vinha de Almada Fórum/Fórum Almada, essa carreira foi alterada para a 3003, e o percurso alterado. O percurso alterado de tal forma, e vai no seguimento do que já foi aqui dito anteriormente, quem quiser apanhar esta carreira tem que apanhar o metro até Cacilhas/Tejo. Cacilhas/Tejo tem que sair e apanhar o vinha de Almada para o Fórum. Isto é inadmissível. Ainda mais, há saída. Porque à saída os trabalhadores começam a sair do Fórum Almada às 23H00 e os autocarros, este antigo 102 que agora é o 3003, só há autocarros às 23H30. A opção mais viável, é o 3013, que é o autocarro que vem do Monte para Cacilhas. Este autocarro quem quiser deslocar-se desta zona toda, da zona do Oásis, Laranjeiro, Feijó, Miratejo, tem que apanhar o metro até à Escola António Gedeão, rua Cruz Vermelha que é uma rua que fica perpendicular à Escola, tudo bem, é possível fazer, agora a volta é que é complicado. O autocarro ao sábado, e aos domingos de manhã, o autocarro das 09H55 não existe, foi cortado, portanto é uma carreira que sábado e domingo não existe, obriga as pessoas a terem que apanhar o autocarro ou mais cedo ou mais tarde. À noite, complicado é aos fins de semana, porque o último autocarro que existia, o autocarro das 23H00 não existe. As pessoas saem do Fórum um pouco mais cedo, esse autocarro não existe. Mais, aos domingos não há qualquer autocarro. Quem trabalha no Fórum e sai a partir das 23H00, não tem autocarro. A única hipótese, é irem aquele caminho, há um caminho anterior que vem do Fórum ao Centro Sul, que à noite aquele caminho é desaconselhado porque é muito solitário, as pessoas têm que ir a pé do Fórum de Almada ao Centro Sul para tentar apanhar o metro.

O que eu proponha, que ao fim de semana, os horários deste autocarro passassem a serem iguais aos da semana é tão simples quanto isso. É manter o autocarro a partir das 23H00, 23H30 e os trabalhadores já têm hipótese de se deslocarem para esta zona.

Vale Flores havia um autocarro para as pessoas que trabalham em Lisboa, neste caso em Alcochete, antes das 06H00 da manhã, havia um autocarro que fazia Vale Flores/Cacilhas, esse autocarro pura e simplesmente desapareceu. Portanto, as pessoas não se podem deslocar.”

5.1.8 – A Senhor Município Cláudia Louvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou assistente social, estou a trabalhar num lar de idosos, e aquilo com que me deparei no domingo foi horrível. As minhas colegas não entraram ao serviço às 08H00 da manhã, porque não havia autocarros para pilotos Vila Nova da Caparica. Eu não vou falar do meu caso pessoal porque é complicado, mas sim disto: o lar de idosos se já difícil para quem está a trabalhar na área social, o recrutamento é horrível, com esta situação é pior. Portanto, faço um apelo para que revejam os autocarros nesta zona. É uma zona isolada, nós não temos quase nada ali, revejam as carreiras, revejam os horários, revejam os percursos e coloquem o que estava e depois sim, melhorem o que não está bem. Mas em primeiro lugar, os idosos. Se Almada é um bom Concelho para viver, eu penso que uma cidade amiga de uma pessoa idosa é uma cidade amiga de toda a gente. Nós somos parte do problema? Somos. Mas também somos parte da solução.

Portanto, eu faço este apelo pelos mais velhos, reponham as carreiras, reponham os recursos, reponham os horários, para que nós possamos dar mais e melhor aos nossos idosos.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1.9 – O Senhor Município Marco Sargento:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, como membro da Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul gostaria de valorizar a participação de todos e de todas na vida do seu Concelho, esta Assembleia Municipal é exemplar nisso. Notando que uma das questões que infelizmente sempre esteve ausente neste processo de implementação da Carris Metropolitana no Concelho de Almada, foi a participação dos utentes nos transportes públicos.

Senhor Presidente, a qualidade do sistema de transportes mede-se por alguns indicadores como a fiabilidade, a frequência, a acessibilidade, o conforto e a cobertura do território. Sendo que cada um destes pode ser desdobrado noutros, tais como a segurança, a informação, sobre os percursos e horários, os preços, a higiene, etc. Muito há a dizer sobre estes indicadores, sobre a informação que podemos avançar que anunciar os percursos e horários apenas com uma semana de antecedência, é gerar a confusão e potenciar aversão ao sistema que se quer implementar.

Quanto à acessibilidade, conforto e segurança, parece-nos que estamos melhor do que no dia 30 de junho, com autocarros novos ou reconicionados.

Sobre a frequência, estamos na expectativa que se efetivem os anunciados aumentos de 40% de oferta.

Sobre a fiabilidade e a cobertura do território, estamos menos bem. A fiabilidade do sistema de transportes é muitas vezes fator que faz os utentes aderirem ao abandonarem o sistema de transportes públicos. Pois quando nos dizem que o autocarro está na paragem às 08H20, ele tem que lá estar a essa hora. Todas as supressões, incumprimentos, e alterações de última hora, tem gravíssimos impactos na vida dos utentes. E este arranque da Carris Metropolitana tem sido pautado por vários incumprimentos de horários.

Sobre a cobertura do território, têm sido apresentadas à Comissão de Utentes, variadíssimas reclamações dos utentes da Costa da Caparica, da Charneca, dos trabalhadores do Fórum de Almada, como aqui já foi referido, de trabalhadores por turnos em que veem os horários no final do dia já encurtados. Pelo que temos apelado a que os utentes façam ouvir a sua voz como hoje e que utilizem aquela que parece ser a disponibilidade da Transportes Metropolitanos de Lisboa para alterar horários e percursos.

Senhor Presidente, a participação da Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul, nesta Sessão da Assembleia Municipal, têm mais o propósito de ouvir os utentes, de recolher mais informação para podermos fazer uma análise deste processo, consciente que não podemos fazer balanços com uma semana de implementação de um serviço, nem recusar uma medida que tem como propósito melhor o serviço público de transportes. Quando o serviço que anteriormente existia se pautava pelo cumprimento de horários, pela retirada de carreiras e todos, todos nos recordamos do que era o início do período de verão, quando a operadora desvia os autocarros para a Costa da Caparica e deixava o serviço urbano e o serviço para Lisboa à mingua. E pelas viaturas importadas quando já não podiam circular noutros países, viaturas com terceiras e quartas vidas quando cá chegava.

Aos utentes, pedimos que continuem a manifestar, que exigem serviços públicos de qualidade. Quanto à Comissão de Utentes de que faço parte, o nosso compromisso é também não baixar os braços e pugnar pelo cumprimento de horários ao alargamento da rede e por serviço público de transportes de verdadeira qualidade.”

5.1.10 – A Senhora Município Cláudia Azevedo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou da Charneca de Caparica, Aroeira. Os autocarros já eram maus na altura, muito poucos autocarros, mau horário. Mas agora, às 11H00 da noite, há pessoas que saem do trabalho à meia noite, não têm capacidade para irem para a Aroeira, Marisol, sem aquele autocarro das 12H40. Temos que gastar dinheiro em UBER, Táxis para nos irem buscar. Já os horários de fim de semana dos TST eram maus. Infelizmente há pessoas que não podem trabalhar de segunda a sexta-feira, têm de trabalhar ao fim de semana, e a última carreira ser às 19H00? Era impossível. No meu caso eu tenho que sair de casa para ir buscar o meu marido ao trabalho à meia noite. Tenho



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/1

de deixar o meu filho com o meu pai para poder ir buscar o meu marido ao trabalho. Era bom que toda a gente tivesse um trabalho das 8H00 às 17H00 como eu que trabalho em casa de segunda a sexta-feira, mas nem todos têm essa sorte. Precisamos de melhores horários. Se querem melhorar o ambiente, subir o ranking de Portugal, já que estamos sempre nos piores da União Europeia, ajudem-nos para isso.”

5.1.11 – A Senhora Múncipe Amélia Ferreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu moro na Charneca de Caparica e venho hoje também manifestar o meu desagrado pelos percursos e pelos horários da nova Carris Metropolitana.

Eu moro na zona de Palhais e o primeiro autocarro que seria às 05H35, realmente agora foi repostado, só que esse autocarro passa na A33. Ou seja, está a falhar oito paragens em que entram pessoas que vão trabalhar. Também temos o problema dos alunos que nesta zona de Palhais, que vão para a Escola do Monte, FCT, que unicamente tínhamos três autocarros e agora temos um autocarro. E esse autocarro faz o percurso até às 10H00 e das 10H00 às 16H00, não mais nenhum autocarro. E quando da volta temos o autocarro das 10H00 às 15H00 que também não há. O autocarro para a Fonte da Telha sempre passou naquela zona de Palhais e Monserrate até à Regateira e até ao Lazarim, e neste momento não temos esse autocarro.

O da Marisol passa realmente nessa zona, chega ao Lazarim e vai pelo Alto do Índio, não abrange a zona do Monte de Caparica.”

5.1.12 – A Senhora Múncipe Margarida Rosa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu moro em Porto Brandão e os transportes lá já eram maus, agora ficaram péssimos. Tiraram-nos os autocarros todos temos só três transportes de manhã, 7H10, 10H10 e 12H30, não tenho como ir trabalhar de manhã que entro às 08H00 em Lisboa, não tenho como ir levar os meus filhos à escola nem ir busca-los eu e as outras pessoas que lá moram. A população é muito idosa, não têm como deslocarem-se ao Monte, nós não temos uma loja, não temos uma padaria, não temos nada no Porto Brandão. Os autocarros nem vão ao Monte de Caparica deixaram de lá passar. Estamos do 12H30 às 18H00 sem autocarro. E eu gostava de obter uma resposta, não sei como podemos sair dali. Eu entro às 08H00 em Lisboa não tenho transporte para ir trabalhar. Os meus filhos não têm autocarro para irem para a escola. Eles entram às 08H30 não têm autocarro para irem para a escola. E à tarde não tenho como ir busca-los.

Portanto, gostaria de obter uma resposta se não obter voltarei aqui as vezes que for preciso. Tem que fazer alguma coisa.”

5.1.13 – O Senhor Múncipe Mário Coelho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu resido na Sobreda de Caparica, mais concretamente junto ao Centro de Saúde.

Eramos servidos por quatro autocarros que já não era muito bom porque havia um hiato entre o 12H30 e as 15H00, é que não passava nenhum autocarro e agora temos apenas um autocarro, em frente ao Centro de Saúde, não sei como é que esperam que os nossos idosos recorram aos cuidados de saúde primários com um autocarro que passa de hora a hora.

No verão temos dois autocarros para a Costa da Caparica, para a praia, mas para quem trabalha e quem precisa de estudar por exemplo, não é benéfico. Eu tenho um filho com 10 anos que irá iniciar o 6º ano na Escola da Alebrança e escolhemos residir naquela zona porque tinha um autocarro direto. Ficamos sem o autocarro. Mesmo para a Elias Garcia, que pertence à Sobreda, não existe autocarro. Ou seja, os alunos dali não podem recorrer, têm a Daniel Sampaio, mas é só o Secundário, quem não tiver ainda no Secundário não tem hipótese. Para trabalhar, também não existe grandes hipóteses porque eu trabalho por turnos, não tenho como usar os transportes públicos, tenho que usar meu carro, estragar mais um bocado o ambiente.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E como disseram há pouco, os nossos idosos com um autocarro para o Centro de Saúde, não me parece que seja suficiente.”

5.1.14 – O Senhor Município Paulo Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui em representação do Movimento Costa do Mar e o tema que vou falar um pouco, é a Carris Metropolitana.

Como diz o ditado popular “A montanha pariu um rato”. Eu fui daqueles que reivindiquei através da Assembleia de Freguesia da Costa da Caparica, as melhorias da TST, eu também sou um utilizador há décadas e a TST também não funcionava, mas a esperança é que com a mudança isto viesse tudo para melhor, mas até a presente data piorou.

Vou deixar aqui um exemplo, que é a carreira que utilizava, a anterior que era a 195, que ia da estação do Pragal até à Costa da Caparica, esta carreira agora demora 40 minutos. 40 minutos quando devia ser uma ligação rápida da Costa da Caparica ao Pragal, nós queremos tirar os carros da estrada? E damos a volta pelo Lazarim? Acho que é Vale Figueira, Feijó dá volta, por aí fora, 40 minutos, eu calculei pelo Google de carro são 7 minutos e claro eu vou de carro. Deixo o carro na estação, tenho um custo, mas demoro 7 minutos. Apanho o comboio, o comboio em 10 ou 12 minutos estou em Lisboa, posso chegar a Campolide com menos tempo perdido, 40 minutos é inadmissível.

Perante isto vou dar aqui algumas soluções como utilizador, soluções imediatas.

Tinham que ser carreiras da Costa da Caparica diretas para os seguintes pontos:

Costa da Caparica/Metro Sul do Tejo. A Costa não tem metro, o que devia de acontecer já há algum tempo, era haver uma carreira direta a Costas de Cão, são 4,5Km, seis minutos de carro. É obvio, deixo o carro ali e vou no metro, é mais um carro na estrada. Com esta ligação teríamos a ligação ao Monte, Almada e Cacilhas. Teríamos ali uma ligação espetacular.

Outra ligação Costa da Caparica/Fertagus, são 6,5Km, seis minutos de carro. Neste momento demoramos 40 minutos de autocarro. Aqui teríamos a ligação a Lisboa e a Setúbal. Uma ligação direta seria um espetáculo. Mas seria necessário reforçar a Fertagus dada a afluência dos utentes que vão utilizar esta carreira e isso seria uma boa solução para o 161 da Costa da Caparica para o Areeiro.

Outra ligação direta que devia ser a Costa da Caparica/rafaria que não existe, são 4,5 KM, de carro são 10 minutos.”

5.1.51 – A Senhora Município Maria Salomé Pouseiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estou aqui pelas pessoas idosas que têm dificuldades e moram aqui no Laranjeiro e Feijó. Que não têm acesso ao Almada Fórum e pelos os trabalhadores que lá trabalham que entram lá muito cedo e saem muito tarde.

Eu gostaria de saber porque é que durante o fim de semana não existem autocarros para o Almada Fórum, uma vez que é um sitio onde as pessoas vão durante a semana à clinica que lá existe, vão fazer o que têm que fazer. Eu gostaria de saber porque é que retiraram a carreira que existia e que servia muitos idosos da nossa zona. E por favor, eles merecem uma certa dignidade.”

5.1.16 – A Senhora Município Isalinda Cunha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não venho dizer nada de novo, já foi tudo dito, mas quero deixar aqui o meu desagrado e perguntar como é que foi possível permitirem uma coisa destas? Como é que foi possível? Eu trabalho há 31 anos em Lisboa e apanhava o autocarro do Areeiro e fiquei sem autocarro para o Areeiro. Quando eu telefonei para a Carris Metropolitana, porque eu pensei honestamente, eu pensei que não estava a ver bem, a resposta que levei é: eu posso sempre ir de metro”. Claro, eu posso ir de metro e posso ir de camelo pelas dunas se eu quiser, eu posso



até ir para o Areeiro por Faro, mas eu tinha um autocarro há muitos anos para o Areeiro e agora não tenho nenhum. A minha filha trabalha no Marquês, ela ao fim de semana e período de férias não tem autocarro, não há autocarro para o Marquês. E não é só durante o período escolar, no período de férias ela também trabalha, e não há autocarro para o Marquês.

O que eu pergunto é como é que foi possível permitirem uma coisa dessas.”

5.1.17 – A Senhora Múncipe Joana Batista:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Joana Batista, mas podia ser Dona Graciete, podia ser Dona Laura, podia ser Luana, podia ser David, os idosos, a população ativa e as crianças do Porto Brandão, Porto Brandão é uma Vila piscatória que fica mesmo à Beira Tejo e só tem uma entrada e uma saída e é íngreme, são 2Km a descer. E todos os nossos serviços, o nosso Agrupamento Escolar, a nossa Unidade de Saúde familiar, os Bancos, os autocarros para ir trabalhar, a nossa vida resume-se a Monte de Caparica, Almada, Cacilhas, Pragal. Retiraram-nos os horários, nós temos um autocarro às 07H10, 10H10 e 12H10, as minhas crianças entram entre as 08H30 e 09H00 da manhã, saem às 17H30, o autocarro é a partir das 18H00, eu vou pôr as minhas crianças a descer e a subir o Porto Brandão no inverno ou no calor do verão? Ou vou pôr os meus idosos a irem buscar a reforma à Quinta do Texugo? É que os nossos correios onde os nossos idosos levantam a reforma, também é no Monte de Caparica. E adivinhem, no Monte de Caparica onde passavam sete autocarros, passam dois. Isto é que é estimular o comércio, a vida, o serviço público, escolas públicas? Saúde pública, eu deixei de ter acesso, eu não estou a falar só de mim, eu estou a falar de todas as pessoas que vivem em Porto Brandão. Porto Brandão é uma área que já era isoladíssima, nós fomos redondamente enganados. A Carris Metropolitana século XXI, era suposto ser progresso, não era suposto regredir ao século XIX. Eu não posso tirar carta de carroça como a minha avó fez, a minha avó tinha carta de carroça, se eu puder tirar carta de carroça eu tiro carta de carroça e vou de cavalinho até ao Monte, mas eu não posso, é que nem de bicicleta é possível e só mesmo quem não conhece a população, quem não conhece as nossas necessidades é que podia ter feito um percurso e um horário deste género.

Mais uma coisa, a nível de sessão de esclarecimento, eu sei que a vossa vontade é boa, mas primeiro era antes e segundo, nós não queremos ser esclarecidos, nós queremos a reposição dos nossos horários.

Outra coisa, eu não sei se sabem, mas em Porto Brandão, há uma ligação fluvial a Lisboa, que não faz interface com o autocarro, como é que é possível terem feito um planeamento estratégico de transportes e nem sequer terem feito uma ligação de horários entre o único autocarro e o único barco de ligação a Lisboa? Então e os Universitários da FCT? Que era suposto estarem a ser servidos com este novo percurso, esqueceram-se que eles vêm de Lisboa de barco? Esqueceram-se que eles têm que voltar para casa de barco?”

5.1.18 – A Senhora Múncipe Rita Pessoa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho de São João da Caparica e venho falar, já foi muita coisa dita relativamente aos autocarros para Lisboa, eu propriamente venho falar por todas as pessoas que trabalham por turnos, pessoas que saem às seis para irem trabalhar por volta das seis ou às sete e pessoas que saem por volta da meia noite que antigamente tinham o horário das 23H00 a sair de Sete Rios para a Costa da Caparica e a última seria por volta 12H45 e no entanto, neste momento o último autocarro para a Costa da Caparica a um domingo é às 22H35, ao sábado é 22H25 e durante a semana é às 22H10. É inadmissível, não sei como é que vou fazer quando sair às 23H00, não sei como voltar para casa porque não tenho transportes e o meu patrão com certeza não ira compreender esta situação. Outra situação que também se passa de manhã, eu entro às 07H00, moro propriamente em São João da Caparica, antigamente tinha um autocarro a sair da Trafaria às 05H45 da manhã para a Costa da Caparica e neste momento o primeiro autocarro que vem da Trafaria para a Costa da Caparica que não passa na Vila frente ao mercado, antigamente passava em frente ao mercado e neste momento não passa em frente ao mercado, vai à Igreja Velha e vai para as Docas, é às 06H37 da manhã e é quando passa. Porque a maior parte das vezes eles não estão a passar, não estão a cumprir horários. Eu neste momento tenho saído às 17H00 da tarde, porque tenho vindo através de Sete Rios e às 17H40 há um autocarro no horário, esse autocarro há dois dias que não é



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

feito. As pessoas que vêm para a Costa da Caparica de Alcântara, não entram, há dois dias que têm ficado na paragem em Alcântara e não entram. Têm estado duas e três horas porque há autocarros a falhar constantemente.

Disseram que ia ser mais e mais e mais, afinal está a ser menos e menos e menos, aquilo que eu penso é que se calhar estávamos bem e não sabíamos.”

5.1.19 – O Senhor Município Paul Renard:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria falar sobre um assunto que na minha opinião devia interessar o Concelho. Trata-se da ligação entre a Margem Sul e a Margem Norte de Lisboa. Tive uma boa surpresa quando aprendi algumas semanas atrás, que havia uma ligação nova entre a Charneca de Caparica e o Porto Brandão. Pessoalmente acho que é uma boa coisa de ter mais uma ligação para a Margem Norte para os moradores da Margem Sul. O problema é quando vi os horários, antigamente tinha uma linha da TST, o 146 que ia ao Porto Brandão e quando chegava ao Porto Brandão tinha diretamente o barco que ia para Belém e quando volta tinha diretamente o autocarro que ia para o Monte de Caparica. O problema é que agora não existe mais. Para terem uma ideia, agora quando saio da Charneca de Caparica às 07H35 que chega ao Porto Brandão às 07H55, tenho que esperar 45 minutos para ter um barco que vá para Belém. Por exemplo, no sábado 15 minutos de espera. Depois 60 minutos mesmo para ter um barco, acho que é problemático porque pessoalmente acho que é uma coisa interessante ter mais facilidade, não ter de ir a Cacilhas, depois, apanhar o comboio, ter uma ligação diretamente para Belém. Então pessoalmente acho que seria interessante promover essa linha que permite às pessoas a possibilidade de ir à Margem Sul com mais facilidade.

Queria uns documentos com as minhas propostas para melhorar a linha, mas tive problemas com a impressora. Mas se quiserem podem ir ver no site horarios.pt, tem todos os documentos e o projeto para que os Senhores verificarem as melhorias que podia acontecer na linha que vai para o Porto Brandão e que permite melhorar a ligação entre a Margem Sul e a Margem Norte:”

5.1.20 – A Senhora Município Maria Celeste Pena:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho falar da Sobreda porque a Sobreda há 40 anos atrás, se calhar estávamos melhor do que estamos hoje. Tiraram a carreira 120 e puseram a 3515, essa carreira só vai do Lazarim à Estação de Corroios, não segue para mais lado nenhum. Neste momento há muita gente a trabalhar na Cova da Piedade e o metro não vai até à Cova da Piedade. Então em vez de apanharmos só um autocarro, de Lazarim/Cacilhas, a pessoa apanha para a Cova da Piedade três transportes. Apanha o autocarro 3515 para a Estação de Corroios, apanha o metro para o Centro Sul, vai a pé até ao Jardim da Cova da Piedade, ou então tem que esperar por outro autocarro que não se sabe quando passa. Porque há muita gente que ainda não conhece os números das carreiras. Quem tem telemóvel sabem ver, mas há muita gente na Sobreda que está envelhecida e não sabem como ir para o Laranjeiro porque têm de apanhar o metro, têm que se deslocar para outros sítios e não sabem como. Porquê não reporem a 120 outra vez? Porque era uma ligação Lazarim/Cacilhas há muitos anos? E as pessoas estavam habituadas. Eu tenho a minha filha que anda com um stresse enorme, chega a casa todos os dias muito stressada porque não sabe também como vir para casa. Porque ela trabalha e tem que apanhar três transportes quando só apanhava um. Como é que é possível? Sobreda, Lazarim, Cova da Piedade, ter de apanhar três transportes, estamos melhor? Eu penso que não.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais José António Rocha (BE), Luís Filipe Palma (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), Ivan Costa Gonçalves (PS), e a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

JK

Sobre esta questão da Carris Metropolitana que tanto tem preocupado os utentes dos transportes públicos, começaria naturalmente, por agradecer a presença de todas e todos os munícipes que aqui manifestaram perante todos/as os/as Deputados/as Municipais, e perante os responsáveis pela governação desta Câmara Municipal, a vossa preocupação e a vossa indignação pela forma como este processo foi conduzido.

Deixar aqui algumas notas uma vez que tenho apenas três minutos para intervir, deixar aqui algumas notas que me parecem relevantes.

No anterior mandato, eu presidi enquanto autarca do Bloco de Esquerda à 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal, que tem no seu âmbito os transportes públicos. Reunimos com várias entidades responsáveis pela elaboração e implementação da Nova Rede de Transportes Públicos da Carris Metropolitana, e o que nos foi sempre dito, é que traria uma exponencial melhoria para a mobilidade no Concelho de Almada.

Reunimos com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, solicitando várias vezes, eu enquanto Presidente da Comissão, que nos fossem facultados os novos traçados dos novos horários de forma a tornar mais profícuos os trabalhos desta Comissão, porque era esse o objetivo.

Recolher informação, para que de alguma forma enquanto autarcas pudéssemos avaliar quais os benefícios desta Nova Rede para a mobilidade no nosso Concelho e a verdade é ela tem que ser dita, é que nunca, nunca, nos chegou absolutamente nada.

E mais Senhora Presidente, a resposta às varias solicitações da Comissão para o envio desses documentos, foi de que não era possível devido ao sigilo das negociações em curso na altura. Ora isso não existe Senhora Presidente, isso não existe. Não se aplica nesta situação, somos todos autarcas eleitos pelo povo e tendo já sido feito uma apresentação pública, estando por elaborada a Nova Rede de Transportes, sendo a Comissão constituída por vários partidos representados nesta Assembleia Municipal, assistia-nos de pleno direito de que nos fosse facultada essa informação.

Pelos relatos que nos foram chegando de muitas e muitos utentes dos transportes públicos rodoviários, que se sentiram lesados pela supressão de algumas carreiras, a bancada do Bloco de Esquerda, na Assembleia Municipal de 21 e 22 do passado mês de junho, denunciou e alertou o executivo desta Câmara Municipal para as preocupações e indignação dos munícipes suscitadas pelas alterações nas carreiras. E mais uma vez, como é habito, essas preocupações foram ignoradas.

Sabemos que o projeto rodoviário metropolitano é gerido pela TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, mas também sabemos, que a Câmara Municipal não está de todo isenta de responsabilidades. Porque para a construção dos traçados e dos horários desta Nova Rede, não foram ouvidos nem os Presidentes das Juntas de Freguesia, nem qualquer representação dos utentes dos transportes públicos de Almada. E o resultado está espelhado. O resultado está espelhado nesta inquietação, desconforto e contestação de tantas e tantos munícipes.

É obrigação, é responsabilidade, de quem governa esta autarquia ouvir os seus munícipes, sentir as suas preocupações e pugnar pela defesa dos seus interesses e isso não foi feito.

E, portanto, Senhora Presidente, perante estes factos, é importante que nos explique quais os critérios adotados pelos técnicos responsáveis pela elaboração dos traçados dos horários desta Nova Rede de Transportes Públicos Rodoviários da Carris Metropolitana.

E termino Senhor Presidente, dizendo que: considerando a promessa feita de melhoria substancial na mobilidade em Almada, não aceitamos que fique pior do que estava, e da parte do Bloco de Esquerda, inteiramente solidário com a indignação e com a luta de todas e todos os almadenses.”

5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Grupo Municipal da CDU, perante os problemas surgidos no arranque da operação concessionada à TST pela TML, para os Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, manifesta a sua preocupação com as situações ocorridas no início do processo e expressa a sua solidariedade para com todos os utentes.

Lamentamos que o processo de definição das linhas, não tenha tido no Concelho de Almada, como a CDU propôs no anterior mandato, uma auscultação antecipada às populações e comissões de utentes, o que certamente evitaria as reclamações que hoje nos foram aqui trazidas e que nos têm chegado diariamente. Os problemas identificados no arranque, exigem a sua correção e antecipação de outros eventuais problemas. Avanços positivos na melhoria do serviço público de transporte rodoviário, não podem desfraldar as expectativas e sobretudo as necessidades das populações na mobilidade, considerando os ganhos com a implementação do passe social intermodal, a redução tarifária e as melhorias na acessibilidade e no quadro ambiental.

A Câmara Municipal de Almada, deve assumir as suas responsabilidades e junto da TST e da AML e da TML, garantir que são tomadas medidas que assegurem a melhoria das carreiras, percursos e frequências.

E dizemos aqui, poderão contar com o nosso contributo para as soluções, tal como estamos a fazer desde já com a compilação de um dossier com as várias reclamações rececionadas, assim como sugestões de alteração para melhorar a prestação do serviço público rodoviário. Aliás, e que seja de imediato tomada em boa conta o que foi trazido pelos cidadãos. E que também possamos rapidamente agendar uma sessão pública sobre este assunto.”

5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA teve a oportunidade na anterior Sessão de Assembleia Municipal, no 21 de junho, de manifestar algumas preocupações que tinha com este processo. O que vimos a ser implementado em Setúbal, Palmela, e noutras localizações, fez-nos temer o pior. Alertamos. Fomos apelidados pelos profetas da desgraça. A desgraça está aqui hoje patente.

Senhora Presidente, temos aqui um conjunto de questões que gostávamos de ver esclarecidas.

Alguém saiu do gabinete, falou com os moradores e os utilizadores dos transportes? Quando é que o seu executivo teve conhecimento da extensão das carreiras com destino à Praça do Areeiro? Com quem se reuniu para evitar tal extensão? Como se explica, que o autocarro que serve o Porto Brandão só opera de três em três horas? Não se explica Senhora Presidente. Como é possível que uma das carreiras que vai para o Marquês do Pombal, só funcione em período escolar?

Haveria um conjunto muito grande de perguntas que gostaríamos de fazer hoje, mas os dois minutos que dispomos não o permite. Mas o que queremos garantir a todos os munícipes, é que o CHEGA estará atento e irá colaborar em tudo o que puder e alertar e compilar toda a informação para fazer chegar. Temos que servir os munícipes e é essa a missão de todos nós aqui hoje.”

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A primeira palavra que eu aqui deixo é para a coragem destes munícipes que vieram aqui hoje. A coragem daquelas pessoas que foram enganadas, que foram ultrajadas por propostas e por promessas que lhes foram feitas que iam melhorar as suas condições de vida, que iam chegar mais cedo aos seus empregos, que iam ter mais rentabilidade nas suas vidas a usarem os transportes de uma forma muito mais cómoda e de uma forma muito mais acessível. Mentiram. E eles hoje aqui estão com toda a coragem, para olhos nos olhos, falarem aos nossos autarcas aquilo que muitas das vezes os autarcas não têm coragem para ouvir.

Depois Senhora Presidente, foi aqui dito, desilusão das pessoas, perderam carreiras e foram prejudicados nos horários, em vez de melhorar pioraram, fecharam o Areeiro, levantar-se mais cedo e chegar mais tarde a casa. Não se ouviram as pessoas, não têm autocarro, as pessoas têm de se deslocar mais para irem trabalhar, gastarem mais dinheiro em UBER e Táxis, os idosos não têm autocarro, não conhecem a realidade, Senhora



Presidente, foi para isto que foi criada a Carris Metropolitana? Foi para isto que foi criada a Carris Metropolitana para em vez de beneficiar as pessoas acabamos por prejudica-las? O que o CDS-PP vem aqui dizer e já o disse publicamente, é que tome todas as diligências para que este projeto, neste momento, possa ser suspenso para que os horários sejam imediatamente suspensos, que voltem aos horários antigos, até que haja de uma vez por todas um diálogo franco e olhos nos olhos com as pessoas e com as entidades que têm responsabilidades nesta mesma matéria. Assim pedem os autarcas que corroboram desta mesma opinião e assim pedem os nossos munícipes que têm sido prejudicados.

Portanto, eu para já, não vou me alongar mais. Senhora Presidente, peço-lhe que possa dar aqui as respostas que os nossos munícipes querem ouvir e continuem com toda a força porque vocês merecem e porque vocês aqui estão e é por isso mesmo que vocês estão aqui a lutar pelas vossas vidas.”

5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu lamento, não vou fazer aqui nenhum comício, até porque me parece que não é isso o mais importante nesta reunião e não por isso que os munícipes se deslocaram aqui hoje a esta Assembleia Municipal.

A expectativa que todos nós tínhamos e que temos, e presumo que seja também a expectativa do executivo, todos os membros do executivo seja de que partido forem, é de que esta seja, e ainda seja, ainda possa ser a maior revolução nos transportes públicos e dos transportes rodoviários feitos na Área Metropolitana de Lisboa e que tem associada também os passes mais baratos, e também os novos barcos que teremos em breve, da Transtejo.

Aquilo que nos foi prometido, foi que teríamos mais carreiras, horários mais alargados e cumprimento de horários. Aquilo que nos está a ser relatado pelo menos aqui hoje e que tem vindo a ser relatado pela população nalguns pontos, é que esta expectativa não está a ser cumprida. Também sabemos que a Câmara Municipal de Almada, como todas as Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, contribuiu, significativamente e financeiramente, para este esforço. Ou seja, para nós hoje termos uma marca a Carris Metropolitana, que tínhamos nós essa expectativa, pudesse servir melhor os nossos utentes.

Portanto, há problemas que estão a ser relatados e estes problemas não só em Almada, são todos os 18 Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e mais uma vez, parece-me que é um pouco desnecessário fazermos aqui comícios, estes problemas existem em Câmaras Municipais de diversos partidos. E, portanto, aquilo que se pretende, em Câmaras que são governadas por diversos partidos, Almada é o Partido Socialista que governa, noutras Câmaras Municipais são outros partidos que governam, e estes problemas têm que ser resolvidos. Portanto, aquilo que se pretende é que os munícipes da Área Metropolitana de Lisboa, toda, ou seja, dos 18 Concelhos possam ter transportes públicos rodoviários que os sirvam melhor. Portanto, há problemas que têm sido relatados e que têm que ser resolvidos rapidamente, ninguém tem dúvidas disso, é preciso por isso também envolver a TML a Carris Metropolitana, a TST. A questão da sessão de esclarecimento que o Senhor Presidente também já aqui anunciou, a nós parece-nos que é fundamental, porque temos hoje uma amostra daquela que é a perceção pública relativamente a algumas carreiras do Concelho, mas existirão com certeza também problemas noutros sítios e é importante que todos os munícipes possam ter a possibilidade de também dar os seus contributos, por via eletrónica, por via presencial e que também existam essas mesmas sessões de esclarecimento, Já agora, foram feitas sessões de esclarecimento, por exemplo, para os/as Deputados/as Municipais, portanto, não é verdade que o processo não tenha sido participado. Recordo-me de isso ter sido feito, até no anterior mandato. É óbvio que quando chega a altura de fazer e quando chega a altura de assumir responsabilidades, nem todos o fazem com a mesma prontidão.

Portanto, aquilo que se espera dos poderes públicos, da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, como sabemos também que o está a fazer, e até dos Presidentes de Junta e das Juntas de Freguesia, e sabemos do imenso esforço que está a ser feito pelos cinco Presidentes de Junta de Freguesia para ajudar a resolver os problemas que existem, pelos Presidentes e pelos seus executivos, aquilo que se espera é que identifiquem estes problemas e procurem encontrar soluções, é para isso que contarão também connosco obviamente, e penso que aqui falo por todos/as os/as Deputados/as Municipais. Da nossa parte, não viremos aqui fazer nenhum comício e contribuir para inflamar os ânimos porque nos parece que isso não ajuda em nada a resolver



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

os problemas que aqui hoje nos trouxeram, alguns deles que são de facto, bastante impressionantes e que têm que ser resolvidos, disso não há dúvida nenhuma.

Portanto, a pior coisa que podemos fazer é partidizar um tema que de facto não é partidário, é de resolução da vida diária dos munícipes de Almada, que viram a sua expectativa ou tinham a expectativa e todos nós também a temos porque também nós somos munícipes e utilizadores dos transportes públicos, de podermos vir a ter melhores transportes públicos rodoviários no Concelho, se isso não está a acontecer, aquilo que temos todos é de trabalhar para resolver os problemas que existem e eu tenho a certeza que conseguimos fazê-lo a breve prazo.”

5.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, acreditem, que partilhamos em completo, convosco um sentimento de frustração em relação ao início desta operação. Mas, há um aspeto em que aí não vos acompanhamos. É porque nós sabemos o que é que está previsto quando toda a operação estiver concluída. Sabemos e reafirmamos, que se vai traduzir em mais oferta, mais carreiras e mais cobertura.

Dito isto, há um facto, a operação não está na sua totalidade. E não só como não está na sua totalidade, e fomos inclusivamente alertados que terá que ser progressivamente, como há buracos neste momento que, não são aceitáveis. Muito do que aqui os/as Senhores/as Munícipes tiveram a gentileza de vir relatar, muitos deles já foram, entretanto, em princípio, conversados com a TML, conversados com a TST, que se encontram neste momento com algumas dificuldades em colocar a operação no ar e vão ser resolvidas entre amanhã e dia 7. Ao total estamos a falar já relatamos e eu não tenho tempo para relatar todos em concreto, já foram acordados trinta e nove horários de carreiras. Portanto, muitos dos horários que aqui foram mencionados, nomeadamente os horários mais tardios e os horários de madrugada, já foram vistos. Eu não vou naturalmente, estar a detalhá-los todos até porque não teríamos tempo para o fazer e eu gostaria apesar de tudo ainda deixar algum tempo para a TML, que teve a gentileza de vir aqui até porque é a TML que gere estes contratos, de ter a gentileza de nos esclarecer mais um bocadinho.

Deixem-me só dizer, uma sessão de esclarecimento tem uma vantagem, não tem este constrangimento de tempo. Já não sei qual dos munícipes que disse que não queriam sessões de esclarecimento, é importante ter porque estamos a falar de carreira a carreira muitas vezes, de horário a horário, é importante ter tempo para esclarecer as pessoas, dizer o que é que está para vir e o que é que tem que ser corrigido e não temos dúvidas, que haverá coisas a corrigir.

Relativamente ao Areeiro, permitam-me só dizer isto: eu tenho aqui comigo o comunicado de Lisboa, foi uma opção exclusiva, do Município de Lisboa. Na altura perguntaram-me o que é que fizemos, dissemo-lo em plena Área Metropolitana, reafirmamo-lo em plena Área Metropolitana, quando foi da construção desta carreira, e alertamos para as consequências disso. E, portanto, eu passo a ler, mas Almada ainda não manda no território do Município de Lisboa como sabem.

Eu vou só ler: “Agradecemos desde já o seu contacto mais uma vez (e isto foi um munícipe que enviou), o qual mereceu a nossa atenção. A transferência para o Interface de Sete Rios das carreiras que atualmente se deslocam para o Areeiro, de todo o lado, está enquadrada numa opção estratégica da mobilidade da cidade de Lisboa”. E isto continua. Ou seja, há questões que dizem haver connosco como eu disse no início. Os horários, mais tarde os horários, os horários mais cedo, e não tenho dúvidas, se for necessário fazer alterações a certos horários também cá estaremos para o fazer no nosso território. A questão do Areeiro, eu estou a 100% convosco como estive desde a primeira hora a alertar que era um erro. Um erro que ia prejudicar não apenas as pessoas de Almada, não apenas as pessoas da Margem Sul, mas toda a Área Metropolitana de Lisboa. E isso foi comunicado.

Relativamente, e volto a dizer tenho muito pouco tempo e por isso é que é importante termos uma nova sessão com tempo para esclarecermos tudo e nomeadamente, algumas respostas de horários noturnos, sobretudo no levantamento das carreiras mais fundamentais, que foram muitas delas, aquelas que foram aqui abordadas, não



tenho tempo para responder caso a caso, mas faremos esse esclarecimento, e espero no momento em que o fizermos já estejam a sentir a melhoria, mas quero também dar aqui uma nota. A única altura em que as carreiras foram confidenciais, foi antes, mesmo antes do lançamento do concurso. Foi um concurso que foi lançado pela Área Metropolitana de Lisboa e que foi pedido a todos. Mal o concurso foi lançado, sendo um concurso público, não só fizemos sessões de esclarecimento para os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, fornecemos os cadernos de encargos onde está lá tudo. É documentação pública. Portanto, há uma coisa que eu não posso deixar, é fazer crer que a Câmara Municipal de Almada, andou a esconder carreiras ou redes este tempo todo. Não andou. Se não fornecemos mais informação prévia, é porque não a tínhamos. À medida que fomos obtendo a informação fomos partilhando. Portanto, houve sim uma altura, mesmo antes do lançamento do concurso, o maior concurso jamais lançado em Portugal, em que nos foi pedido o sigilo. Mal o concurso foi lançado, tudo foi comunicado. Infelizmente, desde então já houve umas alterações.”

5.3 – Foi consensualizado entre os Representantes dos Grupos Municipais e o Executivo Municipal, o Presidente do Conselho de Administração da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa – Eng.º Faustino Gomes, poder prestar esclarecimentos aos Senhores/as Múncipes.

5.3.1 – O Presidente do Conselho de Administração da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, Eng.º Faustino Gomes:

“Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A razão porque a TML está aqui, é porque a TML respeita as pessoas. Uma das coisas que é nossa principal preocupação, é servir bem as pessoas. Há aqui um conjunto de casos que foram aqui relatados, as pessoas viram-me, ninguém me conhecia, eu estava ali no meu das pessoas e todas me viram tomar exaustivamente notas daquilo que foi dito. Ou seja, nós estamos realmente preocupados. Nós temos um Call Center onde estamos a receber todas as reivindicações que as pessoas estão a fazer para poder ver de que forma é que nós podemos atuar. Algumas das reivindicações já foram resolvidas, nomeadamente, alguns horários mais cedo, alguns horários mais tarde, como disse a Senhora Presidente, nós temos um plano para até sexta-feira entrar com novas correções. Há coisas que são mais estruturantes na mudança de rede que não é possível fazer de um momento para o outro. Porquê? Porque isso tem a ver com os meios existentes nomeadamente, com o número de motoristas, não há número de motoristas suficiente para fazer uma alteração radical da rede. Porquê? Porque de facto, e aquilo que todos vocês podem verificar, é que nós fizemos uma aposta muito forte naquilo que é a qualidade dos veículos, fizemos uma aposta muito forte naquilo que é a qualidade do veículo, não só por fora, mas também por dentro. Foi colocada uma questão relativamente à lógica de, porque é que não temos mais autocarros ecologicamente mais amigáveis? A frota tem um conjunto de autocarros ecologicamente mais amigáveis, de qualquer das formas toda a frota Aero 6, e para quem não sabe Aero 6 é a classificação das melhores frotas movidas a diesel e, portanto, houve também essa preocupação. Mas, nós temos consciência que cada pessoa que fica na paragem ou cada pessoa que fica mal servida, é uma pessoa que tem razão. Muitas que não estão aqui e que com certeza já conseguiram ver as melhorias que o serviço tem, para nós essas são importantes porque ajudam a ganharmos o ânimo para depois vir aqui dizer cara a cara, olhando para as pessoas que estamos disponíveis para ouvir o que têm a dizer, estamos disponíveis para atuar naquilo que nos for possível no curto prazo e tomar nota daquilo que não for possível resolver no curto prazo, fazê-lo rapidamente e há aqui dois momentos neste momento, há o momento deste arranque e nós temos consciência que existe o momento de reentrada de setembro e dos horários escolares e que é preciso também, ter esse cuidado relativamente aos horários escolares.

Mas queria vos dizer que, já hoje, os que aqui estão não sentem isso, já hoje a oferta é maior do aquilo que era no passado. Mas serve de pouco eu dizer isto porque de facto, não sentiram isso e isso é que me preocupa. Portanto, qual é o nosso lema atual na Carris Metropolitana, mais exatamente na TML? O nosso lema é monitorizar e corrigir, este é o nosso lema atual. É perceber o que é que está a acontecer, ouvir, vir a estas sessões, ouvir, tomar notas, estar atento ao que são as redes sociais, estar atento ao que as pessoas o dizem nos diversos sites e nos diversos canais que têm para comunicar connosco e fazer essas alterações e fazer essas correções.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sabemos que falhamos na qualidade da informação, a culpa não é exatamente nossa, porque não era diretamente uma responsabilidade nossa, mas na prática sou eu que tenho de dar a cara e, portanto, a culpa é nossa, nós falhamos na colocação da informação ao público, temos que melhorar essa informação ao público, estamos a trabalhar nesse sentido e se olharem para aquilo que aconteceu na sexta-feira e forem agora ver, já veem que já há muito mais informação ao público e muito mais disponível.

Nós também percebemos e alguém referiu aqui, que é fundamental a fiabilidade da oferta e nós temos consciência disso, e por isso todos os nossos autocarros vão estar equipados, ainda nós não temos acesso a um palavrão que se chama “Sistema de apoio à exploração” mas, nós ainda não temos esse sistema de apoio à exploração, em nossa posse, mas partir dos próximos 15 dias já teremos esse sistema de apoio à exploração na nossa posse, e nesse sistema de apoio à exploração, nós vamos ter informação da localização exata de cada um dos veículos e com isso vamos poder monitorizar se há ou não há o cumprimento de horário e se temos ou não temos a tal fiabilidade que para as pessoas é muito importante,

Foi também aqui, referido alguma descoordenação dos horários relativamente a outros modos de transporte pesados e que não estão a ser entregues, os autocarros não estão a chegar com o intervalo que era o intervalo que devia ser. Nós tivemos o cuidado na preparação dos horários e ter isso em consideração. Relataram aqui alguns casos que não estão corretos. O que eu peço, é que vão ao Call Center da Carris Metropolitana ou por intermédio do site que a Câmara Municipal de Almada vai disponibilizar, coloquem lá as questões para nós termos consciência, nós estamos no terreno, ainda hoje, ontem e anteontem e todos os dias nós temos estado no terreno a ver como é que as coisas funcionam, mas nós não temos a capacidade de ir a todos os lados. Portanto, deem-nos a informação para nós termos a capacidade de correção.”

5.4 – Para apresentarem Declarações Políticas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), José António Rocha (BE) e Luís Filipe Palma (CDU).

5.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido CHEGA preparou esta Declaração Política ainda antes de saber o que é que iria surgir, o que é que iria acontecer hoje nesta Assembleia Municipal.

Esta declaração já focava alguns dos pontos que aqui estão hoje presentes, e é algo que nós queremos voltar a repetir e queremos voltar a alertar.

Não podíamos estar aqui hoje presentes sem expressar o nosso descontentamento pelo péssimo trabalho efetuado por este executivo. Estamos sempre na defesa dos nossos municípios para que tenham um serviço em condições na Carris Metropolitana. Fizemos diversos alertas nas reuniões da Comissão dos Transportes, e alertamos aqui mesmo na reunião de dia 21 de junho.

Senhora Presidente, Senhora Vice-Presidente, quem no executivo esteve encarregue da definição dos horários e trajetos da Carris Metropolitana? Foi algum dos inúmeros Assessores, Chefes de Gabinete ou Diretores que têm rodado pelos inúmeros serviços da Câmara Municipal? Ou a Câmara Municipal ignorou por completo a responsabilidade de garantir um bom serviço aos almadenses?

Percebemos há quase 5 anos, quando tomou posse, que nada sabia de Almada, hoje e infelizmente, confirma-se que nada sabe das necessidades dos almadenses, ou pior, não quer saber. “Almada Território de Muitos”, claramente refere-se aos muitos a quem deu emprego vindos de Lisboa. Porque para os almadenses seguramente, sou trouxe muitos e muitos mais problemas para o território.

Desta forma questionamos, com se explica os inúmeros relatos de descontentamento e demasiadas reclamações sobre a alteração dos horários e supressão de algumas carreiras? Como se explica as queixas dos horários desfasados entre a Carris, Metro, Barcos? Como se explica a supressão da quase totalidade das carreiras noturnas impossibilitando o regresso a casa de inúmeros trabalhadores do Concelho? Temos utentes a regressar a casa de UBER, por não existirem autocarros. É um gasto imenso para quem vive do seu parco salário. Como se



explicam as queixas de extinção das carreiras que circulavam pelo Monte da Caparica, 125, 126, 127, 145? É uma zona já por si afastada da cidade e abandonada pelo executivo.

Muitos utentes fizeram-nos chegar queixas das carreiras que foram extintas como por exemplo, a 133, 167, 151, outros queixam-se da supressão desses horários noturnos. Chegamos ao ridículo da carreira para o Marquês do Pombal, só operar em período escolar. Então e os trabalhadores? Sim, os trabalhadores, aqueles ignorados pelo executivo, mas que pagam os impostos para manter tudo isto a funcionar. Como consegue explicar aos milhares de almadenses o que se está a passar? Como vão remediar este disparate e esta imposição aos almadenses?

Senhora Presidente, quem fez estes horários de trajetos? Exigimos saber quem planeou, estudou e que metodologia ou que ausência de metodologia foi aplicada.

Senhora Presidente, quem fez os estudos? Saiu do Gabinete? É que estudos de Gabinete nunca deram resultado. Há que sair do Gabinete Senhora Presidente, há que apontar as carreiras e identifica-las, há que andar no meio do povo.

A culpa e o transtorno causado à vida dos munícipes de Almada, não pode morrer solteira à boa maneira do Socialista. Senhora Presidente, vai assumir a culpa perante os almadenses deste fracasso ou vai brindar-nos como costume, com muita propaganda e com palavras suaves, sem conteúdo?

Senhora Presidente, vai passar a usar os transportes que criou para vir para casa, para o Concelho e para se deslocar do mesmo? É que infelizmente, grande parte dos almadenses, ao contrário da Senhora Presidente, não se desloca de carro com motorista. O povo precisa de um serviço público que funcione, infelizmente desde que o PS chegou ao Governo, pioramos em termos de saúde, pioramos em termos de justiça e agora com a ajuda deste executivo camarário pioramos os transportes.”

5.4.2 – O Senhor Deputado Municipal José Antonio Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar aqui algumas notas enquanto Declaração Política pelo seguinte:

A Senhora Presidente afirmou aqui que não escondeu nada, fez uma sessão pública, a sessão pública que a Senhora Presidente fez, foi apenas com a presença dos Deputados Municipais e com os Vereadores. E posteriormente a essa sessão pública como diz a Senhora Presidente, a 6ª Comissão à qual eu presidi no mandato anterior, reuniu com a Senhora Presidente, e repito, posteriormente a essa apresentação pública, foi solicitado que nos fossem facultados os novos traçados, os novos horários da Carris Metropolitana. Nunca até ao final do mandato nos chegou qualquer informação e aliás, isto está mencionado no Relatório desta Comissão, lido por mim em Assembleia Municipal. E, portanto, quem não admite que me desmintam sou eu porque sei perfeitamente o que estou a dizer e inclusive está no Relatório que foi aqui lido e que está arquivado nos arquivos da Assembleia Municipal.

E é verdade, as várias vezes que solicitamos esses novos traçados, esses novos horários, foi-nos dito que estava no sigilo das negociações, exatamente. Isso não existe. Se já tinha sido feita uma sessão pública, se a Senhora Presidente não escondeu nada, porque é que me disse que não era possível facultar-nos os documentos porque estava no sigilo das negociações.

E já agora Senhora Presidente, foi-nos aqui dito pelo representante da TML, que falhou a informação, mas a culpa não é da TML. É de quem então? Não é da TML, não é da Câmara Municipal, seguramente será dos utentes dos transportes. Agora, uma coisa eu tenho que lhe dizer Senhora Presidente, nós fomos sempre frontais e diretos com a Senhora Presidente em Comissão, várias vezes e isto é importante que fique registado nesta Assembleia Municipal, várias vezes lhe foi pedido que nos fosse facultado essa documentação e nunca, nunca essa informação chegou à Comissão. E eu não estou a falar por mim porque essa Comissão é composta por vários Deputados das Bancadas aqui representadas.

Portanto, que isto fique aqui registado, porque esta é a verdade, esta é a realidade e isto é que tem que ser dito.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.4.3 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Lamentamos, mas estamos a começar mal este caminho do novo Regimento, embora compreendendo que a temática é complexa, mas de qualquer modo, que fique aqui registado que abrir determinados precedentes, não podemos naturalmente, revermo-nos neste tipo de contexto.

Que fique claro, que a informação não chegou aos Deputados Municipais e pelos vistos também não chegou a muitos que deviam ter a possibilidade de dar o seu contributo tendo em conta aquilo que já disse e repito, a complexidade de todo este processo e a necessidade para utentes e populações, relativamente à prestação do melhor serviço público rodoviário que é isto que se pretende, e a consequente articulação com outros modos de transporte.

Portanto, eu reforço aqui também as palavras do Senhor Deputado Municipal José Rocha, presidida à 6ª Comissão no anterior mandato, presentemente sou eu que presido, mas a informação tende mais uma vez, a não chegar em tempo útil, para que possamos dar o devido contributo.

Aliás, tenho aqui o Relatório do anterior mandato e do atual mandato que já foi trazido aqui a esta Assembleia Municipal.

Portanto, o que nós consideramos é que houve falhas graves em todo este processo, não houve um verdadeiro investimento numa política de comunicação que era necessário levar às populações, relativamente à implementação da Nova Rede de Transportes e estranhámos, estamos a falar de uma Câmara Municipal que tem um orçamento confortável para poder fazer este investimento e fá-lo noutros eventos, mas relativamente a esta matéria, não vimos qualquer esforço nesse sentido. E de facto, exigia-se mais em todo este processo por parte da Câmara Municipal.

Estamos a tempo, estamos sempre a tempo, naturalmente, mas perguntamos nós e deixamos aqui a interrogação, qual vai ser o modelo de uma sessão pública que exige que seja o mais alargado possível.”

5.5 – Usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos.

5.5.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estava aqui à procura da data exata quando organizamos no Fórum Romeu Correia, uma apresentação de todos os termos do concurso público tal como foi enviado, onde apresentamos publicamente, aquilo que eram as carreiras e as previsões de rede para cada uma das Freguesias, onde todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais foram convidados, onde todos/as os/as Senhores/as Presidentes de Junta foram convidados. Portanto, não apenas a documentação estava e está disponível como sempre esteve, como tivemos o cuidado de fazer apresentações públicas, esta oficial no Fórum Romeu Correia, e relembro inclusivamente uma que, a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda organizou. Portanto, não é porque está num relatório e logo na altura penso que contestamos o que está escrito no Relatório, mas o Relatório é da responsabilidade dos Senhores Deputados, não é porque lá está que passa a ser verdade. Peço desculpa Senhor Deputado Municipal José Rocha, com a frontalidade que conhecem.

Em relação à comunicação, permitam que vos diga que inclusivamente, eu acho que a Câmara Municipal de Almada foi aquela que mais investiu em comunicação ao pedido da TML e mais, fomos mais longe, criamos uma revista só sobre isso. Agora, nós não podemos comunicar informações que não temos. Essa é que é uma realidade. Porque o pior que se pode fazer é estar a dar informação errada, e por outro lado, nós não tínhamos o ponto final dos percursos tal como foi aqui dito e muito menos dos horários. E, portanto, a Câmara Municipal de Almada, desde a primeira hora, disponibilizou tudo. Disponibilizou outdoors, fez um número especial da Revista de Almada sobre este assunto, disponibilizamo-nos a fazer inclusivamente, tudo o que fosse necessário, slots, spots, tudo. Agora, importa lembrar que a Câmara Municipal de Almada como os outros Municípios, também participam em muito nas campanhas de comunicação da TML. Portanto, são redundâncias. Se os Senhores Deputados Municipais encontrarem alguma informação, que tenha surgido por parte da TML, e que a



Câmara Municipal de Almada não tenha divulgado, eu sou a primeira a reconhecer. Agora, se há coisa que temos batalhado, é para conseguir antecipadamente ter a informação. E digo-lhe mais, a Câmara Municipal de Almada, teve os horários finais e em grande maioria o problema está nos horários, tal como foi aqui ouvido, nós tivemos no passado dia 26 os horários, no passado dia 26. Portanto, somos os primeiros a lamentar esse facto. Agora, quero deixar isto muito claro. A Câmara Municipal de Almada tem estado e continuará a estar sempre, do lado das populações e sempre a lutar para que sim, há falhas, ninguém esconde que há falhas. E volto a dizer, ninguém, garanti-vos. Ninguém partilha mais este sentimento de decepção, mas como eu sou uma otimista eu sei que isto se vai corrigir. Agora, enquanto não se corrige também nunca esqueço que é a vida das pessoas, é o trabalho das pessoas, jovens, adultos, idosos, é a vida das pessoas que está aqui em causa.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal; (continuação)

6.1.1 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Ivo Filipe Almeida (PS), Ivan Costa Gonçalves (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estiveram hoje aqui munícipes a falar da problemática dos transportes no Concelho de Almada, e nós não temos só problemas com o transporte rodoviário, temos também problemas com a Transtejo, como sabemos todos e estamos bem informados daquilo que tem sido o compasso de espera para que os novos barcos estejam a funcionar, estejam disponíveis para a população, temos também a questão da requalificação da nova Estação Fluvial de Cacilhas, que também parece que ainda vai longe e temos também aqui uma outra questão que tem a ver com o transporte ferroviário ligeiro e estou a falar do Metro Sul do Tejo.

E estávamos em agosto de 2021, em plena campanha eleitoral, e no Diário de Notícias tinha como epígrafe Inês de Medeiros “se o PPR resultar em 10 anos acaba o drama da habitação em Almada”. Portanto, iniciava assim, mas eu não vou agora aqui falar de habitação.

Eu gostaria de fazer uma pergunta muito simples, nesta mesma entrevista diz a Senhora Presidente, “Já tive garantia de António Costa, da extensão do Metro até à Costa da Caparica. Confesso que ainda não tive sobre a nova Ponte sobre o Tejo, ou túnel, mas acho que vai ser uma inevitabilidade”: O CDS-PP também acha que vai ser uma inevitabilidade e também há muito que se bate pela extensão do Metro à Costa da Caparica.

A questão que fica Senhora Presidente, é se o Senhor Primeiro Ministro ainda lhe mantém a garanti da extensão do Metro até à Costa da Caparica até porque parece que vamos ter uma extensão em Lisboa, vamos ter extensões no Porto e aqui os nossos munícipes continuam à espera. Se calhar se houvesse essa extensão do Metro à Costa da Caparica, se calhar não tínhamos tantos problemas relativamente ao transporte rodoviário. Fica a pergunta Senhora Presidente: mantém ainda António Costa essa garantia?”

6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Temos aqui duas questões que gostávamos de ver esclarecidas.

Relativamente ao processo de descentralização de competências, gostaríamos de saber como está a decorrer o processo relativo à descentralização de competências, à passagem de competências para as Freguesias.

Segundo o que foi comunicado na Assembleia de Freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, o processo de passagem de competências para as Juntas de Freguesia está parado porque saiu mais um Diretor corresponsável pelo assunto. Deixando o processo sem norte. Questiono qual é a razão de mais esta saída abrupta, se Vossa Excelência aguarda por algum Diretor perdido por Lisboa, que estando sem centro, caminhe em direção à Margem Sul como vai sendo apanágio de tantos outros, o que nos levanta uma questão, quantos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Diretores já saíram das suas funções e porque razão o fizeram? Ouvem-se, alguns rumores, o que deixa este Grupo Municipal preocupado sem saber quando será o próximo a abandonar o barco.

Ainda relativamente ao 2º Torrão, muita tinta tem corrido. Senhora Presidente, já ouvimos muitos esclarecimentos sobre a vala do 2º Torrão, mas infelizmente, são ações sem consequência, sem responsabilidade alguma. Não estamos a analisar nem a questionar a necessidade de se efetuar ações urgentes, questionamos é o que aconteceu entre 2019 e 2022. Tivemos a oportunidade de questionar a Senhora Vereadora Francisca Parreira, que disse não ter a informação necessária. Sabemos que em 2019 a vala foi desobstruída, sabemos ainda que em 2019 foram detetados problemas causados pelos furos na cobertura da vala. Foi-nos dito que em 2019 a inspeção e a monitorização da vala foi passada para a Proteção Civil, fomos informados pelo coordenador da Proteção Civil que o responsável de 2019 a 2022, na reunião que ele teve com a 7ª Comissão, que era dos SMAS. Afinal em que ficamos? O que é que foi feito entre 2019 e 2022 e por quem? Onde estão os relatórios das análises efetuadas estes três anos? Quem falhou no executivo camarário? Quem no executivo do PS deixou a população do 2º Torrão desprotegida nestes três anos?

Poderá Vossa Excelência assumir que nenhum dos serviços da Câmara Municipal analisou a situação nos três anos transatos?”

6.1.1.3 – O Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para deixar uma breve nota sobre alguns tópicos, essencialmente sobre este ponto do Relatório da Atividade Municipal.

E começaria por realçar o que me parece ser essencial num país como o nosso, particularmente, num Município com é o de Almada.

A Câmara Municipal de Almada, ao longo do seu último mandato e naturalmente com consequência, com continuação para o presente demonstrou aqui uma mudança, no meu ponto de vista uma mudança amplamente positiva, que os almadenses desejavam e acima de tudo que os almadenses necessitavam.

Por exemplo, a Câmara Municipal de Almada mostrou-se comprometida naquilo que é a salvaguarda do nosso território, e do nosso território gostava de relevar aqui a sua evidente importância, a nossa Mata Nacional dos Medos, que é uma das grandes preocupações da Câmara Municipal e também do Partido Socialista. E preocupações essas que se estendem à segurança não apenas de todos os almadenses, mas também a quem nos procura e a quem nos visita. Porque Almada é efetivamente hoje, um “Território de Muitos”. E assim, Almada em simultâneo com a aprovação do Plano Operacional Municipal 2022 da Defesa da Floresta Contra Incêndios, inaugurou no âmbito da operação Floresta Segura, Floresta Verde, quatro novos avisadores de risco de incêndio rural, que se me permitem dizer, não são apenas únicos em Almada, mas também são únicos no nosso país. Únicos no nosso país pela sua relevância, pela sua utilidade ao serviço da comunidade, foram inaugurados numa cerimónia que contou com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna, e na minha perspetiva, com tudo isto, colocou o nosso Município como a referência na proteção e prevenção dos incêndios, que é hoje.

Um, Município ativo, é aquele que procura dar resposta aos problemas da comunidade, mas o um Município eficaz, mais do que isso, é aquele que de modo preventivo, prepara os diferentes e possíveis riscos antecipadamente. E é precisamente isso, o caso da Câmara Municipal de Almada, que se encontra a desenvolver um programa municipal de informação e riscos e a Proteção Civil, direcionado à população em geral e à população escolar, em particular, com realização de simulacros em 10 Escola Básicas do nosso Concelho, ainda com a exposição e demonstração de meios no Dia da Criança e sem esquecer naturalmente, a comemoração do Dia Municipal do Bombeiro.

Muito bem então à Câmara Municipal, porque este é efetivamente um trabalho de prevenção e salvamento imprescindível, que apenas se torna possível pela sua preocupação, pela sua vontade, pelo seu trabalho, um árduo trabalho, devo dizer, e em estreita articulação da Câmara Municipal com os principais agentes de Proteção Civil assim como naturalmente, o Corpo de Bombeiros Voluntários que todos os anos fazem da prevenção contra



incêndios uma prioridade. E dada as recentes notícias que todos sabemos, é mesmo uma prioridade Senhores/as Deputados/as Municipais.

Ainda sobre a prevenção e salvaguarda do território e dos munícipes, queria aqui deixar também o meu reconhecimento pelo programa “Praia Protegida” e essencialmente pelos esforços e resultados que foram então alcançados com este mesmo programa. Como é do conhecimento das e dos Senhores Deputados Municipais, Almada tem cerca de 13 Km de praia, que recebe anualmente mais de 8 milhões de visitantes. Contudo, a chegada deste 8 milhões de visitantes, não se esgota nas épocas balneares, sendo que nos períodos fora destas épocas balneares, Almada e nomeadamente as nossas praias continuam a receber os mesmos visitantes, visitantes fora das épocas balneares, em praias não concessionadas que antes ficavam carentes de qualquer tipo de assistência, sozinhos na prevenção e infelizmente, muitas vezes com consequências trágicas.

E por isso mesmo o programa “Praia Protegida”, surgiu com o propósito de combater essa mesma realidade, surgiu para garantir a segurança, o socorro, garantir uma assistência aos banhistas, que durante todo o ano usufruem das praias do nosso Concelho. E felizmente, tenho isto para mim, que boas iniciativas, boas propostas e boas políticas têm normalmente bons resultados e foi isso que aqui aconteceu também.

E assim, acho que devemos, pelo menos eu paragonizo a Câmara Municipal, pelo facto de no ano passado não terem sido registadas mortes por afogamento nas praias da Costa da Caparica. Isto é muito importante. Certamente que todos nós concordamos com este progresso e com estes resultados alcançados.

Mas eu diria mais, diria que estes resultados oferecem à Câmara Municipal ainda mais força, para prosseguir o bom caminho na proteção dos seus munícipes e de todos aqueles que nos visitam. E por isso, é sempre com agrado que verifico que a Câmara Municipal continua a apostar nesta estratégia. É uma estratégia vencedora, cujo investimento municipal este ano ronda os 135.000.00€ (cento e trinta e cinco mil euros), valor esse que tem vindo a aumentar desde a sua implementação até então, tem vindo sempre de forma crescente, sempre de modo ascendente.

Posto isto, eu gostava de passar muito rapidamente pelo tema que infelizmente, ainda mantem o foco e preocupação dos nossos dias.

A invasão da Ucrânia através de uma guerra imposta pela Federação Russa. E de pouco, mas sobejamente importante, que enquanto Município todos nós podemos fazer para contraria esta triste e injusta realidade, diga-se, imposta por um regime autoritário, é não nos permitirmos, com o passar do tempo, a esquecer ou a normalizar esta brutal realidade que diariamente gera mais vítimas de guerra, diariamente gera mais refugiados, que todos eles necessitam do nosso apoio. A Câmara Municipal de Almada, e bem, tem sido absolutamente clara e empenhada nos apoios e esforços conjuntos, para procurar minorar o sofrimento dos refugiados de guerra, onde até ao momento já acolhemos nas nossas instalações, penso que 77 pessoas, os números podem variar, mas penso que não estarei longe, 77 pessoas, algumas delas já se encontram integradas na nossa comunidade o que é bastante importante. E é mesmo por posturas assumidas pela Câmara Municipal, que eu me atrevo a dizer que somos um Município também de referência nesta matéria, onde Almada recebeu como referiu a Senhora Presidente na Sessão anterior, a visita do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e parece-me que a visita da Senhora Alexandra Kilmson, a Chefe da Missão do ACNUR, vinda à Caparica Sun Center, reconheceu que as condições que os refugiados estão a receber, reconheceu a forma como são acolhidos e muito importante, enalteceu o modo com são integrados na comunidade. Este é também um marco que a todos os almadenses deve orgulhar, a mim orgulha-me. E é com muito orgulho que assisto e que revejo esta posição que a Câmara Municipal tem tido desde sempre, junto daqueles que mais necessitam. E permanecendo de forma convicta do lado certo desta barbárie e o lado certo será naturalmente, junto dos evadidos, junto dos atacados, junto daqueles que não desejam nem desejaram, mas sofrem hoje as perdas de uma guerra que lhes oblitera o mais fundamental principio da autodeterminação dos povos, é junto desses.

Na verdade seria tão mais fácil à Câmara Municipal justificar resultados menos conseguidos, pois afinal entre pandemia, entre guerra e consequências internacionais das mesmas, cujo o impacto nacional obviamente se repercute no âmbito municipal, a Câmara Municipal pelo contrário, inverteu e negou este facilitismo e aplicou-



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

se a fazer aquilo para o qual foi efetivamente eleita, políticas de proximidade, responsabilidade no equilíbrio orçamental, promoção da ação social, criação de mais e melhores infraestruturas, reabilitação dos espaços públicos ou mesmo com criação de mais e melhor habitação.

Contrariando aquilo que referi, a Autarquia continuou e continua a ser exigente e assertiva na gestão do bem público, continuou e continua a proteger e a apoiar a sua população, continuou e continua a apoiar os seus trabalhadores, e continuou e continua a apoiar na verdade quem mais precisa. A Câmara Municipal de Almada faz efetivamente, por melhorar a vida de todos os almadenses e por esse mesmo motivo e pelos que referi, deixo aqui o meu agradecimento público à Câmara Municipal de Almada.”

6.1.1.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A extensão do metro para a Costa da Caparica estava prevista e eu já lamentei publicamente, não está no PRR – Plano de recuperação e Resiliência, quando fala das outras extensões estão no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, o que estava previsto e que eu espero que esteja, e ainda aguardo justamente esse Plano, é no Plano Nacional de Investimentos. Portanto, até agora continua sem nenhuma dúvida sobre a palavra do Senhor Primeiro Ministro.

Agora, relativamente à descentralização de competências, amanhã temos uma reunião da 1ª Comissão sobre essa matéria.

Relativamente ao novo Diretor, só posso agradecer ao Dr. António Furtado o pouco tempo que apuí passou e é com grande pena minha que ele foi convidado para outras funções e que aceitou. Nós não podemos prender as pessoas, garanto que não lamenta certamente mais do eu, mas com uma satisfação, é que o novo Diretor que também já foi nomeado e que também já passou em Câmara, o Arquiteto Paulo Pais, é certamente um excelente contributo, e aviso já que também vem de Lisboa. Mas há outras pessoas que vieram de Sintra, de Cascais, de outras Câmaras Municipais, normalmente entre Municípios, andamos todos a tentar guardar os bons que temos e a tentar roubar os bons que o vizinho tem.

Relativamente a rumores. Nós sabemos que o CHEGA é especialista em rumores, aliás, baseia a sua política em rumores, não é a nossa forma de fazer política, portanto, não me vou alongar sobre rumores. Há aqueles que fazem política para servir as pessoas, há aqueles que fazem política para alimentar rumores.

Relativamente à desobstrução da vala, já foi amplamente explicado o que é que foi feito, a partir de 2019 foi feita uma monitorização, neste momento houve um desabamento no final da vala, isso levou a um parecer da Proteção Civil, eu posso voltar a explicar isto tudo. Mas há aqui uma questão que é importante, ainda no outro dia recebemos um aviso justamente nesse sentido, não é possível fazer obras sobre a vala sem um parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, pela zona em que aquilo se encontra, sendo que já foi pedido à APA um parecer para a primeira desobstrução necessária e imediata, que é daquilo que desabou e naturalmente o resto do processo decorre tal como previsto.

E agradecer naturalmente também as palavras que foram ditas pela bancada do Partido Socialista.”

6.1.1.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para fazer referência a algo que ainda não foi referido nesta discussão. Ao facto de no período que está compreendido na discussão desta Atividade Municipal, foi de facto, o período em que a cultura voltou em pleno ao nosso Concelho e há uma série de atividades e iniciativas que tiveram lugar em Almada, desde o Festival de Música dos Capuchos, que regressou em 2021, 20 anos depois da sua última edição, ao acolhimento em Almada da 15ª edição da final do Concurso Nacional de Leitura, que pretende estimular os hábitos de leitura entre os mais novos e também entre os menos novos e contou com a presença do Senhor Presidente da República e do Senhor Ministro da Educação. O Festing que aconteceu no Solar dos Zagallos, o “Está Tudo em Festa” que não faz parte desta informação municipal, mas que representa também aquilo que é o esforço que esta autarquia também tem feito, algo que a Senhora Presidente da Câmara já referiu na última reunião, que é



o facto de a Câmara Municipal de Almada ter recebido um prémio pela exposição que foi feita pela Casa da Cerca e em particular também pelos seus trabalhadores.

Portanto, nós vivemos 2 anos que foram absolutamente dramáticos para o setor da cultura e que foram dramáticos para que os portugueses e toda a gente um pouco por todo o mundo pudesse ter acesso à cultura. Passado este tempo, conseguimos que a cultura regressasse no formato mais tradicional, conseguimos ter Almada verdadeiramente em festa e conseguimos também que os almadenses desfrutassem destes espetáculos, desta oferta, isso é algo de salientar, que não pode deixar de ser assinalado e é algo que merece o nosso profundo reconhecimento por parte também do empenho que a Câmara Municipal de Almada e que o atual executivo, têm tido na realização destas iniciativas neste setor.”

6.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”;

6.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Temos aqui mais uma alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada. São procedimentos longos, faz-se uma proposta, há consulta pública, mas sou obrigada a insistir algo que já disse quando este procedimento foi lançado, que vamos ter que reiniciar um novo. Porque é que digo isto? Porque estas alterações de Regulamento e da Tabela de Taxas estão muito ligadas, estas são taxas que é fundamental operacionalizar agora, inclusivamente para a gestão das praias, mas há muitas que decorrem ainda do processo de transferência de competências.

E não tem sido fácil muitas vezes, obtermos as informações mais corretas para lançarmos então uma revisão global que não seja apenas uma transferência de taxas existentes e essa tem sido muitas vezes a dificuldade, é obter os dados das variadíssimas entidades para fazer uma transferência, que foi isso que temos vindo a fazer num primeiro tempo, que é uma transferência exata, agora já com a informação que é algo que é difícil, poderemos iniciar um novo.

Ou seja, esta alteração que foi votada em reunião de Câmara, esta é mais uma etapa que não será a última revisão e que muito em breve iremos lançar uma nova revisão que esperemos aí sim, já possa englobar tudo aquilo que é o panorama das taxas do Município, sendo um aspeto fundamental até, para os orçamentos dos anos vindouros. Estas são etapas no âmbito da transferência de competências, que importava ter toda a informação, começar a recolher estas taxas, começar a ter a noção da sua aplicação e até nalguns casos da sua justiça ou injustiça, que também há, e agora sim, lançarmos uma reflexão mais profunda e mais completa.

Neste momento o que trazemos aqui e submetemos à vossa apreciação e de facto, o fim de mais uma etapa:”

6.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta tendo sido a proposta aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta das Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos das alíneas b) e g), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de maio de 2022, que aprovou a proposta nº 2022-192-DACAO.

6.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano 2021”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.3.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu serei breve a fazer esta apresentação, até porque os/as Senhores/as Deputados/as Municipais tiveram acesso à informação e ainda por cima com a interrupção que tivemos.

Portanto, estando disponível naturalmente para qualquer informação. Dar só nota que o balanço consolidado agrega o Município de Almada, os SMAS, a WEMOB, a AGENEAL, a NOVALMADAVELHA e a ARRIBATEJO. Agrega naturalmente, os Bens, Direitos e Obrigações do Grupo Municipal, retratando a sua estrutura económica financeira e apresentando uma situação do património do Grupo Municipal à data do encerramento em 2021. O total do ativo ascendia no final de 2021 a 644.600.000,00€ (seiscentos e quarenta e quatro milhões e seiscentos mil euros) superior em 13.200.000,00€ (treze milhões e duzentos mil euros) face a 2020, representando um crescimento de 2,1%.

Quanto ao passivo, cresceu à semelhante dimensão absoluta, 13.400.000,00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros), passando de 54.300.000,00€ (cinquenta e quatro milhões e trezentos mil euros) em 2020, para 67.700.000,00€ (sessenta e sete milhões e setecentos mil euros) em 2021, o que corresponde a um crescimento de 25%. Aqui naturalmente quando falamos de passivo falamos dos investimentos lançados, é algo que nós temos dito, é evidente que os investimentos não se pagam num ano e que aliás, depois há todo um sistema de amortização dos mesmos.

A variação do património líquido do Grupo Autárquico não teve expressão significativa, diminui cerca de 240.000,00€ (duzentos e quarenta mil euros), equivale a menos 0,03%, de 577.100.000,00€ (quinhentos e setenta e sete milhões e cem mil euros) para 576.900.000,00€ (quinhentos e setenta e seis milhões e novecentos mil euros).

Relativamente às análises estou naturalmente disponível, mas penso que de uma maneira geral podemos ter a noção mas isso já sabíamos que 2020 e 2021 foram anos difíceis, mas nós conseguimos ter aqui uma gestão equilibrada, manter os investimentos como estes números demonstram, não parar o esforço de investimento e naturalmente, estar atentos aquilo que são as incertezas futuras, não estávamos a contar de facto, com o que aconteceu este ano de 2022, em particular a guerra que se iniciou com as consequências económicas financeiras.”

6.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido a proposta aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta das Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da eleita do PAN; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 14 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano 2021, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de junho de 2022, que aprovou a proposta nº 2022-290-DACAO.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento da Wemob – Nova Consulta Pública”;

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;



6.4.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permita-me que diga a minha satisfação de estar a apresentar esta proposta porque isto é um tema que se arrasta já há quase dois anos.

É com intensos debates jurídicos, que eu não vou aqui reproduzir até porque não tenho capacidade para tal.

Relativamente a certas alterações que foram produzidas na proposta de Regulamento da WEMOB, que ainda estamos a falar do mesmo. Tenho vindo a ser muito interrogada do que é que aconteceu ao Regulamento e o que aconteceu está aqui. O que aconteceu é que, entretanto, se abriu aqui um debate sobre se é uma necessidade ou não necessidade de nova consulta pública, e após muitas horas de debate, de conversas e pareceres jurídicos, chegou-se a esta proposta que aqui vem, que é retomar um processo, não há alterações, naquilo que nós trazemos não há alterações, mas parece haver um consenso jurídico sobre a necessidade de uma nova consulta pública baseada nas alterações que foram produzidas. E naturalmente, no fim dessa consulta pública, haverá novo Relatório, feito pela Câmara Municipal, que deverá apresentar à Câmara e o final do processo será sempre, como é sempre em qualquer regulamento, da competência da Assembleia Municipal que terá sempre a última palavra a dizer sobre este Regulamento.

Portanto, aqui o que vos trazemos, é no fundo uma forma de tentar validar ou avançar com este processo, mantendo as competências de cada um dos Órgãos respetivos.”

6.4.3 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE) e Ivan Costa Gonçalves (PS).

6.4.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre esta proposta e tal como disse a Senhora Presidente da Câmara, arrasta-se há demasiado tempo.

Este processo merece que se faça um pouco de história. O processo de Revisão do Regulamento de Estacionamento, vem desde o executivo do Presidente Joaquim Judas.

A 19 de dezembro de 2018, por iniciativa do novo executivo PS/PSD, foi votado uma proposta de início de procedimento para o novo Regulamento com o título “Regulamento de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”.

Em fevereiro de 2019, foi-nos apresentado uma proposta, uma alteração substancial à empresa ECALMA – Empresa Municipal S.A, através de uma revisão estatutária que procedeu ao alargamento do objeto social, aumento de capital Social e alteração de nome.

A 23 de janeiro de 2019, é proposto o lançamento para consulta pública do projeto de Regulamento e Estacionamento Paragem e Circulação na Via Pública, e finalmente a 9 de março de 2020, é levado à Assembleia Municipal de Almada o novo Regulamento de Estacionamento proposto pela Câmara Municipal de Almada.

O Bloco de Esquerda, durante todo este processo manifestou a sua preocupação e votou de acordo com as posições que foi mantendo, nunca, nunca, sem fazer propostas e propor caminhos diferentes.

Este executivo sempre manteve uma postura fechada levando a reunião de Câmara propostas fechadas com documentos finais e sem iniciativa de ouvir outras forças políticas. Até ao momento, não compreendemos a extensão dessa alteração estatutária, porque as funções da ECALMA/WEMOB, permanecem essencialmente as mesmas no que ao estacionamento diz respeito. Mas os munícipes não beneficiaram de grandes alterações ao nível do direito à mobilidade. Foi neste contexto que entramos na discussão do novo Regulamento de Estacionamento.

Faço aqui um ponto prévio para afirmar que Almada precisava de um novo Regulamento de Estacionamento. O Bloco de Esquerda interessou-se por este processo desde o início, apresentou propostas de alteração que considerou importantes para servir a população, proteger o direito à mobilidade, e não agravar os problemas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que já existiam com o estacionamento e a WEMOB. O executivo recusou discutir estas propostas na Câmara Municipal, usou a sua maioria para rejeitar as alterações do Bloco de Esquerda, o que fez com que a proposta de Regulamento chegasse à Assembleia Municipal inalterada. Mais uma vez, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda procurou interferir no processo desta vez com sucesso.

Apresentamos oito propostas:

- Redução do preço das avenças de estacionamento subterrâneo associado ao dístico de residente;
- Gratuitidade de estacionamento nas interfaces de transportes públicos;
- Fim da tarifa da Costa da Caparica em época baixa;
- Isenção de pagamento por períodos curtos de tempo em horários específicos para clientes do comércio, restauração local;
- Alargamento dos critérios de atribuição de lugares de estacionamento a pessoas com deficiência intelectual;
- Perturbação do espectro de autismo, deficiência visual e a quem legalmente a represente;
- Não permitir alterações de zonas de estacionamento e aumento de tarifas sem decisão da Assembleia Municipal de Almada e auscultação da Associação de Moradores, Associações de Comerciantes, Assembleias de Freguesia sem excluir a possibilidade de referendos locais;
- A não conjugação da ECALMA/WEMOB em matéria de fiscalização por parte de entidades por si contratadas.

Finalmente, a Assembleia Municipal de Almada, decidiu não votar o documento e levar para debate na 6ª Comissão. As propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. Debatidas as propostas e os contributos em reuniões da 6ª Comissão, chegamos até aqui. Com as propostas do Bloco de Esquerda neste momento elencadas no documento.

O que não conseguimos compreender, são as razões, o porquê da demora por parte da Câmara Municipal de Almada, para voltar a trazer o resultado dessa discussão a consulta pública.”

6.4.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Histórico foi feito pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha, o que é facto, é que esse debate foi feito neste Órgão, o Bloco de Esquerda aprovou algumas das suas propostas grande parte delas até com o voto contra do Partido Socialista, mas a democracia é assim, o documento seguiu os seus tramites. Sabemos também o que é que aconteceu a seguir, aliás, a Senhora Presidente da Câmara já o explicitou, o que é facto, é que existiram e existem vários entendimentos sobre qual o percurso que o documento deveria seguir, tivemos também a circunstância de ter eleições para o novo mandato, e, portanto, chegado aqui parece-nos que estamos em condições de votar esta proposta de consulta pública precisamente para dar andamento aquelas que foram as alterações que foram vertidas neste documento, volto a referir algumas das quais até com o voto contra do Partido Socialista, outras com maior ou menor discordância, mas o que é fundamental nesta fase é que o processo possa avançar e que nós possamos precisamente como também me parece que é o interesse do Bloco de Esquerda e todos os partidos nesta Assembleia Municipal, finalizar o processo que já se iniciou há algum tempo e que finalmente é do interesse de todos e em especial dos nossos munícipes, que possa ser finalizado. Portanto, nós votaremos necessariamente a favor desta proposta que a Câmara Municipal aqui hoje nos traz.”

6.4.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a sujeição a nova audiência de interessados do projeto de regulamento da WeMob, E.M., S.A. circunscrita aos aspetos por este órgão alterados, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de junho de 2022, que aprovou a proposta nº 2022-283-GP.



6.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Programa Dinamizar Mais. Relatório final de execução”;

6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dado o adiantado da hora e dado que o programa “Dinamizar+” já foi amplamente debatido e mostrado, eu vou dispensar a apresentação estando naturalmente disponível para qualquer dúvida dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais, até porque os/as Senhores/as Deputados/as tiveram também amplamente tempo para analisar o documento. Estamos disponíveis para qualquer dúvida.”

6.5.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório que apreciamos neste momento, reflete bem a importância do apoio pecuniário às pequenas empresas e negócios do Concelho que viram a sua atividade gravemente prejudicada pela pandemia do Coronavírus.

Tal como em todo o país, também no Concelho a economia local ressentiu-se da falta de consumo e do encerramento temporário ou mesmo definitivo da atividade comercial sobretudo local, tendo ainda em consideração que muitas destas empresas eram e são, negócios familiares do qual dependiam e dependem economicamente todo o agregado.

Em Almada há muito que o CDS-PP vinha propor junto do executivo a ideia de um programa financeiro que pudesse ser aplicado na prática com regras e com fundamento legal, ao qual a Câmara Municipal foi sensível e diligenciou todos os mecanismos para colocar em funcionamento tendo servido como um balão de oxigénio às empresas a que ele recorrerem. A juntar a esta proposta de apoio financeiro o CDS-PP fez chegar à Câmara Municipal, outras trinta e oito propostas no sentido de ajudar a economia local, a ultrapassar o grave problema que inesperadamente assolou o Concelho, o país e o mundo.

Entende o CDS-PP que as Autarquias nomeadamente os executivos municipais, devem ter um papel preponderante na criação de condições para ajudar o desenvolvimento da sua economia local promovendo a sua diferenciação oferecendo mais bens e serviços ao consumo, afim de se tornar mais competitiva e mais viável.

Pela observância do presente Relatório denominado Programa “Dinamizar”, pode-se concluir que o mesmo atingiu os objetivos propostos para as empresas do Concelho, em condições de usufruir do apoio extraordinário com especial predominância para o setor da restauração, bebidas e pequeno comércio, aliás, como seria de esperar, tudo isto no valor cabimentado de 1.263.950.045€ (um milhão duzentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta euros e quarenta e cinco cêntimos), atingindo uma execução de 74,35%.

Passado ao que tudo indica os tempos mais aflitivos da pandemia, e com o comércio, a economia a restabelecer aos poucos, é ainda bem sintomático os problemas decorrentes não só da pandemia, mas também de um desaceleramento da economia a nível nacional e do crescimento da inflação e diminuição do poder de compra dos portugueses, ao qual os almadenses não escapam.

Como tal e naquela que deve ser também a responsabilidade das autarquias no incremento e promoção de uma economia local e saudável e prospera, o CDS-PP questiona junto do executivo e findo este programa e apoio, que outros programas tem a Câmara Municipal ou pensa implementar para ajudar o desenvolvimento económico do Concelho, ou seja, qual a estratégia do executivo para tornar o Concelho mais atrativo e economicamente mais competitivo.”

6.5.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação tendo sido da proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea a), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório Final do Programa Dinamizar Mais, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de junho de 2022, que aprovou a proposta nº 2022-209-DDEE.

6.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Aquisição de Imóveis. Frações não habitacionais destinadas a escritórios no edifício “Almada Business Center”. Exercício do direito de preferência.”;

6.6.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.6.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também aqui serei muito breve nesta apresentação. Estas frações eram frações que a Câmara Municipal de Almada já alugava, que o proprietário decidiu pôr à venda no mercado, e nos propôs de exercer o nosso direito de preferência. Fizemos uma avaliação que acompanha a proposta que nos demonstra que o preço que está proposto é muito vantajoso. Relembro a necessidade absoluta que a Câmara Municipal tem de aumentar aquilo que são as suas instalações para vários serviços, e neste caso ainda por cima eram instalações onde os serviços já se encontravam e, portanto, numa política que temos assumido também, de melhor gestão do nosso património mas aqui em particular de melhoria das condições de trabalho destes trabalhadores, e concordando aliás, as primeiras frações foram alugadas ainda pelo executivo do agora Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, na altura Presidente, nós alugamos mais umas quantas frações, aumentamos a nossa presença e havendo esta oportunidade de exercer o direito de preferência, consideramos e com base naturalmente numa avaliação, consideramos que era um bom investimento para a Câmara Municipal de Almada e também para aquela zona onde aliás, é bom que tenha serviços junto ao Tribunal novo.”

6.6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova autorizar a Câmara Municipal a exercer o direito de preferência, nos termos do artigo 1091º, nº 1, alínea a), do Código Civil, sobre 25 frações autónomas destinadas a escritórios edifício designado por “Almada Business Center”, na rua Marcos Assunção nº 4, para instalação de serviços municipais, propriedade de Juticalpa – Sociedade Imobiliária, S.A. pessoa coletiva com o NIPC 514634685 pelo valor global de 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil euros), nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de junho 2022, que aprovou a proposta nº 2022-285-DPAT.

6.7 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda, para apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos do art.º 58º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro”.

6.7.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

6.7.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve na apresentação desta proposta, porque têm a descrição completa da composição do Conselho Municipal de Educação. Ele decorre da publicação do Decreto-Lei 21/2019, que é o Diploma que corporiza a transferência de competências para os Órgão Municipais, e que continua a considerar o Conselho Municipal de Educação, como o Órgão de intervenção das comunidades educativas pela sua importância.

O Regulamento que existe diz que este Conselho Municipal de Educação, os seus nomeados e seus designados, são-no pelo tempo de um mandato. Portanto, é daqui que decorre, temos de estar aqui a nomear e a designar



novos elementos que, dado o adiantado da hora e o facto de terem em vossa posse esta proposta, não vou ler pormenorizadamente porque são muitos.

Portanto, aquilo que se pede a esta Assembleia Municipal, é que aprove favoravelmente a composição do Conselho Municipal de Educação de Almada que todos têm em anexo:”

6.7.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação da proposta por voto secreto, tendo sido aprovada por maioria com 34 votos Sim e 4 abstenções, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea s), nº 1 e da alínea k, do nº 2, ambos do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 58º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, aprova a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de junho de 2022, que aprovou a proposta nº 2022-338-DepE.

6.8 – Entrou-se no ponto 3.8 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Novos Regulamentos de funcionamento da Creche e Jardim de Infância 1º de Maio, para a valência Creche e para a valência Jardim de Infância”;

6.8.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira.

6.8.1.1 A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu penso que o adiantado da hora não nos vai permitir e eu não queria também estar aqui a maçar as pessoas com uma longa exposição, mas há alguns elementos que eu gostaria de dar para que todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais aqui presentes e o público que em casa nos acompanha, tivesse a noção de porque é que chegamos aqui.

E de uma forma muito rápida eu queria dizer o seguinte:

Até 1987, esta prestação social, era assegurada pelo Clube Cultural Desportivo e Recreativo do Concelho de Almada. E nesse ano, em reunião de Câmara, todos os ativos e todos os passivos deste Clube, foram assumidos pela Câmara Municipal. Podia fazê-lo, fê-lo e assumiu e continuou com a prestação, melhorou inclusivamente a prestação sem qualquer problema. Para o bem e para o mal, sabemos que as Leis mudam e os enquadramentos mudam e foi aquilo que aconteceu. E a partir de 2013, com a publicação da Lei 75, todas as prestações sociais que se dirijam e lançadas por qualquer organismo público, devem prosseguir os princípios de legalidade, da igualdade e da universalidade. E, portanto, não era o caso do que acontecia com esta prestação social. E em 2007, o Município é alvo de uma auditoria. Essa auditoria tem um relatório que só nos chega em finais de 2018 e onde diz que esta e outras prestações, não prosseguem o interesse público, dado não respeitarem a universalidade nem o princípio da legalidade. Foi assim que, mesmo assim e perante isto, nós entendemos que, tendo em conta a delicadeza da situação, pedimos um parecer à CCDR, relativamente a esta prestação. O parecer da CCDR é público, toda a gente o conhece e na sequência desse parecer, em reunião de Câmara e porque sabíamos e volto a repetir, que era uma situação delicada e que precisava de ter aqui consensos, até porque sabemos que já anteriormente havia havido iniciativas de poder alterar a situação anteriormente a este mandato, e aquilo que propusemos foi que se constituísse um grupo de trabalho que foi aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade e com reconhecimento de que esta situação era conhecida, de que não estaria dentro de todos os quadrantes legais que eram exigidos e constitui-se esse grupo de trabalho.

Esse grupo de trabalho fez várias reuniões, houve uma grande discussão uma discussão rica em torno destas e matérias com elas relacionadas, mas a verdade é que chegamos ao fim do mandato e não tínhamos uma proposta concreta para cumprir os objetivos que eram:

- Pôr a prestação dentro da legalidade e reduzir o mínimo possível, respeitando essa legalidade, dos direitos de quem a frequentava. Tínhamos dois caminhos ou ignorávamos porque era difícil, ou resolvíamos o problema que era aquilo que nós entendemos que tínhamos que fazer. Começamos no início deste mandato, iniciamos o caminho pela tentativa de reconhecimento e legalização das duas valências que existem nesta Creche e jardim



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Infância 1º de Maio. Encontramos logo aqui o primeiro obstáculo, é que ao quisermos inserido na rede pública o Jardim de Infância e a Creche, mas neste caso concreto o Jardim de Infância, nós teríamos que obrigar todas as educadoras que prestam e que estavam nesta prestação a concorrerem obviamente, porque se eu vou integrar na rede pública, eu tenho de cumprir as regras da rede pública, e este foi logo o primeiro obstáculo que nos surgiu.

Acontece que, há três anos a esta parte, que a frequência do Jardim de Infância, que é aquele que apanha os três, quatro, cinco anos, esta frequência vinha a reduzir, porque a oferta pública aumentou e porque é gratuita e esta não é totalmente gratuita. Portanto, juntando estas duas questões, ou continuávamos como uma instituição que não é reconhecida por ninguém, que não tem nenhum enquadramento absolutamente nenhum, nós optamos porque solução? Por aquela que nos permitiu pôr a Creche 1º de Maio e Jardim de Infância dentro da legalidade, e respeitar a estabilidade dos docentes quer lá estão de que forma? Não abrindo mais inscrições para o JI, abrindo na Creche as inscrições a todos os municípios, é este facto que coloca a Creche dentro da legalidade, não pode ser apenas dirigido a trabalhadores ou a suas famílias e aplicar os pagamentos, aqueles que são aplicados em todo o território nacional, que são os critérios da Segurança Social.

Portanto, parece-nos que isto era a proposta equilibrada dentro de todos os condicionalismos que tínhamos que gerir. Portanto, aquilo que aqui vos trazemos para que possam votar é dois estatutos diferentes, porquê? Porque um respeita a Creche que terá o seu alargamento à medida que JI for sendo reduzido, a garantia de que todas as crianças que estão na Creche até ao final estarão lá e lá ficarão, ninguém será obrigado a sair e um outro que respeita ao Jardim de Infância porque tem este condicionalismo de não estar aberto a novas inscrições.

Portanto, aquilo que aqui deixamos como proposta destes dois estatutos, são exatamente aquilo que conseguimos, dentro daquilo que eram todos os condicionalismos que tínhamos, parece-nos que é a proposta mais indicada, porque vamos aumentar a valência de Creche altamente deficitária no Concelho, como todos sabemos e aumentamo-la rentabilizando o edifício e todos os trabalhadores que lá estão porque sabemos que as educadoras tanto podem estar no Jardim de Infância como podem estar na Creche, não temos que fazer aqui nenhuma destabilização do corpo de educadores que lá temos, e aplicando depois por outra via os critérios da Segurança Social.

Portanto, o facto de existirem dois regulamentos tem a ver com a realidade que vai ter cada uma das suas valências e entendemos que será esta a melhor solução. Relembro, para pôr esta instituição dentro da legalidade, reduzindo o mínimo possível e optando por aquilo que nos parece ser de facto, um desígnio municipal que é, aumentar as creches, essas sim, todos sabemos e até pelas medidas que o Governo irá tomar, mas neste momento ainda não tomou, de poder responder às inúmeras crianças que nos surgem da creche.

Eu gostava só aqui de dizer o seguinte: na última reunião que tivemos já da Assembleia Municipal e onde houve intervenções do público sobre esta matéria, houve várias intervenções apelando e dizendo de que esta iniciativa violava a Constituição porque a Constituição defende a educação para todos. Eu também acho, ninguém me dá lições sobre essa matéria porque sempre o pratiquei, defende efetivamente a educação para todos sempre que as condições o permitem. O que eu não entendo, é como é que eu posso utilizar este princípio inscrito na Constituição, para defender o direito só para alguns. Porque se calhar o meu vizinho do lado, que por acaso é trabalhador da Câmara Municipal, tem meninos na Creche, eu que não sou trabalhadora da Câmara Municipal não posso pôr. Se isto é direito para todos, eu não o entendo. E parece-me que dignifica pouco a democracia e a igualdade e a universalidade que a própria Constituição prevê."

6.8.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU).

6.8.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A primeira questão que a CDU coloca no âmbito da discussão desta proposta, é que ela se encontra estruturada de forma manifestamente insuficiente, não serve os interesses do Município, e menos ainda os interesses dos seus Trabalhadores, pelo que necessita ser amplamente melhorada.



A verdade é que, face a uma matéria de tão grande importante e relevância para a vida e a qualidade de trabalho de muitas centenas de trabalhadores — num universo potencial de quase três mil trabalhadores, incluindo as recentes transferências recebidas da Administração Central, esta proposta não foi trabalhada, nem sequer discutida, com as organizações representativas dos trabalhadores do Município. Nem foi trabalhada, nem sequer discutida com esta mesma Assembleia Municipal, a qual detém a competência para a aprovar ou rejeitar. Neste quadro, e desde logo, a CDIJ propõe que a Câmara Municipal assuma a responsabilidade de retirar esta proposta da ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal, abrindo assim espaço a sua reformulação e reestruturação em moldes mais adequados as necessidades concretas e objetivas do Município e dos seus Trabalhadores, uma atitude que corresponderá, aliás, as expectativas, anseios e apelos aqui expressos pelo conjunto de trabalhadores do Município que, sobre esta matéria, interveio na Assembleia Municipal no passado dia 21 de junho.

Complementarmente, a CDU propõe ainda que seja constituída uma Comissão Eventual no âmbito da Assembleia Municipal de Almada, também como foi justamente sugerido pelos representantes dos trabalhadores —, que possa acompanhar o trabalho de melhoria e reestruturação desta proposta, de modo a envolver o maior número possível de atores diretamente interessados em matéria de tão grande relevância para a vida de tantas famílias almadenses.

Quanto ao conteúdo da proposta tal como ela se encontra perante nós, e necessário não esquecer que a Creche e Jardins de infância (JI) 1º de Maio tem um percurso histórico que é obrigatório considerar antes de qualquer outra avaliação.

A oferta de um serviço de Creche e Jardim de Infância na Câmara Municipal de Almada — serviço que hoje se encontra instalado num edifício construído de raiz, designado 1º de Maio, precisamente em homenagem à luta dos trabalhadores por este benefício social, e naturalmente também à luta geral dos trabalhadores —foi concebida, criada e gerida pelos próprios trabalhadores, antes ainda de existir Poder Local Democrático, no tempo do fascismo.

Estamos a falar de algo que tem um peso histórico inquestionável por essa razão, mas também porque a sua existência traduz inequivocamente a vontade e os valores da unidade e da solidariedade entre os trabalhadores do Município, valores que, rompendo barreiras e dificuldades com que os trabalhadores se confrontar no quotidiano, permanecem no tempo até aos dias de hoje.

Por essa razão, a CDU entende, como sempre afirmou, que tendo em conta a história deste equipamento, qualquer alteração ao seu regulamento de funcionamento terá necessariamente que envolver de forma ativa e direta, necessariamente através das suas organizações representativas, os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e da Empresa Municipal WeMob.

Ora, a maioria no executivo municipal optou por não envolver as organizações representativas dos trabalhadores neste processo — como também foi explicado pelos representantes dos trabalhadores no passado dia 21 de junho, mas não obstante, conhece perfeitamente do seu frontal desacordo com as alterações que agora são propostas.

Um desacordo que tem sido massivamente demonstrado através de múltiplas manifestações, concentrações, tomadas de posição e outras formas de luta, desenvolvidas desde o momento em que a maioria anunciou a intenção de alterar as regras de funcionamento deste equipamento.

Ao mesmo tempo, não podemos concordar com a intenção declarada de extinção da valência de Jardim de Infância. Não reconhecemos como válidos os argumentos utilizados para justificar esta opção da maioria no executivo municipal.

Invocar a redução da procura registada nos últimos dois anos nesta valência por parte dos trabalhadores, como argumento central para justificar esta opção, assumindo esse facto como uma tendência futura irreversível, e ignorando que estes últimos dois anos foram marcadas por duas ocorrências decisivas para que essa realidade se tenha registado, só pode ser entendido como uma brincadeira do mau gosto.

Nestes últimos dois anos, e em primeiro lugar, a Assembleia da República aprovou, por proposta (e muita, muita luta e pressão) dos partidos que constituem a CDU — PCP e PEV —, um regime mais favorável a um enorme número dos trabalhadores e suas famílias, designadamente as beneficiárias dos escalões 1 e 2 dos benefícios da Segurança Social, tornando gratuita a frequência das creches e jardins de infância públicos para essas famílias. A Câmara Municipal de Almada optou, gostaríamos de perceber porquê, por não aplicar ao seu equipamento



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de infância as mesmas regras adotadas para a Segurança Social, o que determinou que perante uma opção gratuita, muitos trabalhadores optassem por colocar os seus filhos noutros equipamentos públicos.

Em segundo lugar, a avaliação que a maioria faz destes números, ignora igualmente que nestes dois últimos anos vivemos uma situação da pandemia provocada pelo Covid-19, realidade que determinou a permanência em casa, em teletrabalho, de muitos trabalhadores, facto que teve necessariamente reflexo direto na alegada diminuição da procura do equipamento de infância por parte dos trabalhadores do Município.

Complementarmente a estes dois aspetos, a proposta que estamos a discutir ignora ainda que o mapa de pessoal do Município de Almada sofreu muito recentemente um enorme aumento no número de trabalhadores, fruto da transferência de competências da Administração Central na área da educação, e conhecerá num futuro próximo novos aumentos em função de outras áreas a transferir. Esta realidade determinará que muito provavelmente, mesmo que a prazo, só verifique um forte crescimento da procura do equipamento de infância do Município em ambas as valências hoje disponíveis por parte dos trabalhadores.

A CDU entende que a valência de jardim de infância não apenas não deve ser extinta, como deve passar a regular-se pelos mesmos critérios definidos pela Assembleia da República para o regime da Segurança Social, passando a ser de frequência gratuita para os trabalhadores incluídos nos escalões de isenção definidos na Lei. É necessário ainda, considerar que retirando vagas aos trabalhadores da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Empresa Municipal, na oferta municipal de creche e jardim de infância, estes trabalhadores irão ter que recorrer a soluções noutros equipamentos de infância, retirando assim vaga aos outros habitantes e trabalhadores de Almada. Esta é, por isso, uma solução que não serve ninguém, nem os trabalhadores do Município, nem os outros habitantes e trabalhadores do Concelho. Representa, numa expressão popular, puxar a manta para tapar a cabeça deixando a descoberto os pés.

Quanto aos argumentos invocados nesta proposta relativamente à dimensão legal desta questão, fundamentadas por um parecer emitido pela Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), a CDU reafirma que não reconhece qualquer legitimidade a esta entidade para emitir pareceres cujo o conteúdo constitui uma inaceitável intromissão na autonomia constitucional do Poder Local Democrático.

Ainda assim, lendo aquele parecer, nenhuma referência nele contido, autoriza a conclusão de que o funcionamento do equipamento de infância do Município do Almada só encontra numa situação de ilegalidade. Muito pelo contrário, relativamente a esta questão da legalidade, e invocando as competências próprias dos Municípios, a CCDR-LVT diz que nada tem a apontar.

As dúvidas expressas por aquela entidade de coordenação regional passam, exclusivamente, pelo facto do equipamento municipal não admitir a possibilidade de frequência a comunidade em geral, encontrando-se atualmente reservada aos filhos dos trabalhadores do Município.

Mesmo com reservas relativamente a interpretação que a CCDR-LVT faz dos princípios gerais e constitucionais que invoca para sustentar o parecer que dá, a CDU nada tem contra a possibilidade de abertura de vagas destinadas a comunidade em geral, uma vez salvaguardados critérios de prioridade para os filhos dos trabalhadores do município na seleção dos candidatos à frequência do equipamento.

E não vale a pena acenar com cenários de ilegalidade e impossibilidade de uma solução desta natureza, pois bastará olhar para um exemplo aqui mesmo no nosso Concelho, de um equipamento que depende da Administração Central, no caso Centro do Apoio Social do Alfeite (gerido pelo Instituto de Apoio Social das Forças Armadas (IASFA), tutelado pelo Ministério da Defesa Nacional), e verificarmos que no regulamento de funcionamento daquele equipamento aprovado em 26 de Janeiro de 2021 — há pouco mais de um ano, são claramente estabelecidos critérios de admissão a todas as valências disponíveis — berçário, creche e jardim de infância —, através dos quais é conferida prioridade na admissão aos filhos dos beneficiários do IASFA, admitindo a atribuição de vagas externas apenas quando são destinadas aos filhos dos beneficiários que não forem integralmente preenchidas.

Também no que se refere a legalidade, importa ter em consideração que a defesa do interesse público, que é igualmente invocada nesta proposta como objetivo maior a salvaguardar, não se encontra minimamente posto em causa pelo atual modelo de funcionamento do equipamento municipal de infância, uma vez que a defesa do interesse público passa, nos termos expressos na Lei, pela criação de condições de trabalho adequadas e de qualidade aos trabalhadores do Município.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A eventual redução da oferta destes serviços aos trabalhadores, contida nesta proposta, isso sim representaria um desrespeito pelo princípio da defesa do interesse público.

Finalmente, e ainda no terreno da legalidade, a Lei prevê, igualmente de forma expressa, a possibilidade de criação de oferta de serviços de natureza social por parte instituições públicas, sempre que os horários de trabalho dos seus trabalhadores, ou de uma parte dos seus trabalhadores, assim o justifique. Ora, é precisamente o que se passa com os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, que possuem nos seus quadros centenas de trabalhadores que entram ao serviço as 7:00 horas da manhã, hora a que abre o equipamento de infância do Município.

A retirada desta oferta aos trabalhadores do município iria representar, por isso e também, uma sobrecarga de grande significado nos respetivos orçamentos familiares, por quanto nenhum equipamento de infância da rede pública oferece, em termos regulares, a possibilidade de frequência a partir daquela hora da manhã, obrigando os trabalhadores a recorrer a uma solução complementar através da conhecida Componente de Apoio a Família (CAF), que como sabemos e paga.

Em conclusão, a questão que hoje aqui nos é colocada e de natureza eminentemente política. Corresponde a uma opção política da maioria no executivo municipal, e não a qualquer outro tipo de exigência.

E nesta situação, a nossa opção deve ser o respeito pela identidade e a valorização dos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Empresa Municipal WeMob, mantendo a oferta da valência de jardim de infância, e aplicando a fórmula de cálculo das comparticipações familiares aprovadas para a Segurança Social nas valências de creche e jardim de infância, integrando no regulamento do equipamento critérios de prioridade para ingresso dos trabalhadores do Município, e mantendo a qualidade do serviço prestado.

A CDU reitera, por isso, a proposta de retirada desta proposta da ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal e a constituição de uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal, para que esta proposta possa ser melhorada e adequada aos reais interesses do Município e dos seus Trabalhadores.”

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H35, ficando por concluir o último ponto da agenda e por consensualização dos Representantes dos Grupos Municipais, acordou-se na realização de uma Sessão Extraordinária no dia 08 de julho às 23H00.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Helena Azinheira e Joana Mortágua.

9 – Foi verificada a presença de cerca de 115 (cento e quinze) munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

